



III - CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

2008



## 1. Agenda Social

A Agenda Social do Governo foi construída a partir da experiência acumulada no monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações desenvolvidas pela área social, com o objetivo de aperfeiçoar, integrar e ampliar sua escala de atendimento. Buscou-se consolidar a Política Social como garantidora de direitos, reduzir as desigualdades sociais, fortalecer a gestão integrada para promoção de oportunidades e emancipação das famílias mais pobres. Para tanto, a articulação intragovernamental – entre ministérios, secretarias especiais, estatais e bancos públicos – e a pactuação federada com Estados e Municípios vêm sendo constantemente aprimoradas.

As iniciativas da Agenda Social compreendem um conjunto de ações que priorizam o combate à pobreza na cidade e no campo, o fortalecimento da cidadania, com ênfase na educação, saúde, cultura e segurança pública. Entre essas ações destacam-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), as medidas para redução das desigualdades, especialmente a ampliação dos benefícios do Bolsa Família, a geração de oportunidades às famílias mais pobres, o combate à pobreza rural, a ampliação dos serviços socioassistenciais, a reestruturação dos programas para a juventude e o fortalecimento dos direitos da cidadania, compreendendo as Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas, Criança e Adolescente, Mulheres e Idosos.

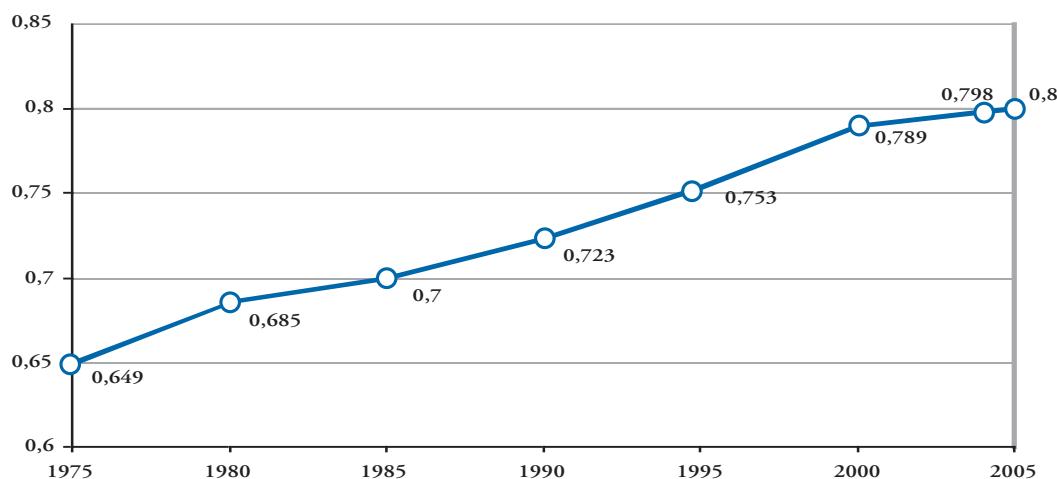
## 2. Prioridade para os Mais Pobres

Dentre os principais objetivos estratégicos do Governo para os próximos anos, destacam-se a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades. Nesse sentido, o Governo vem centrando esforços em programas que procuram ampliar os níveis de proteção social e as oportunidades para os segmentos historicamente excluídos do acesso a direitos, bens e serviços que garantem condições dignas de vida. As políticas públicas nas áreas da Educação, Saúde, Previdência, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e os programas de transferência de renda cumprem papel destacado na promoção social, na redução da pobreza e na elevação dos patamares de justiça social na sociedade brasileira.

Com efeito, o Brasil está mostrando ao mundo que é possível e necessário compatibilizar estabilidade, crescimento econômico ambientalmente sustentável, distribuição de renda, inclusão e justiça social. Pela primeira vez, desde 1975, quando a ONU passou a calcular a qualidade de vida de diversos países, o Brasil passa a integrar o grupo de países considerados de alto desenvolvimento humano, o que expressa o sucesso de um conjunto de políticas adotadas, em especial, aquelas voltadas aos mais pobres.

Calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara 177 países a partir de alguns indicadores-síntese: expectativa de vida, alfabetização entre os adultos, escolarização e renda da população. O índice varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, melhor é a qualidade de vida das nações. Os resultados, publicados em 2007 e baseados nos dados de 2005, revelam que o Brasil atingiu o índice de 0,800 e ocupa a 70ª posição no *ranking* dos países avaliados. Mesmo não incorporando ainda os ganhos de 2006, apreendidos pela PNAD, divulgada pelo IBGE, em agosto de 2007, as estatísticas indicam melhorias. O gráfico a seguir apresenta a evolução do IDH desde a sua criação.

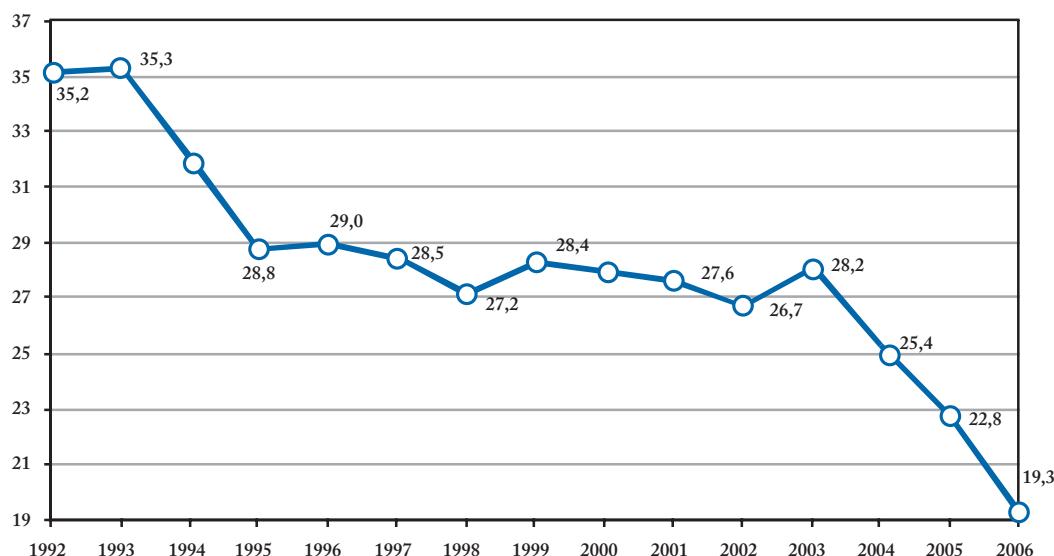
Gráfico 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil



Fonte: PNUD, RDH 2007/2008

Similarmente, outros estudos sinalizam que o País avançou nos últimos anos na redução da pobreza. Dados do relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV) “Miséria, desigualdade e políticas de renda: O Real do Lula” apontam para a redução consistente da pobreza. Entre 2003-2005 a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria caiu 19,18%, e somente no ano de 2006 a estimativa de queda foi de 15%, o melhor ano isolado da série histórica, conforme retratado no gráfico que se segue.

Gráfico 4 – Miséria - % da População



Fonte: Miséria, desigualdade e políticas de renda: O Real do Lula – FGV, setembro de 2007

No que se refere à pobreza extrema, em 2006, o contingente que vivia com menos de US\$ 1 /dia atingiu novamente o nível mais baixo já registrado – 4,69% da população brasileira – e a redução da pobreza também foi acompanhada pela diminuição da

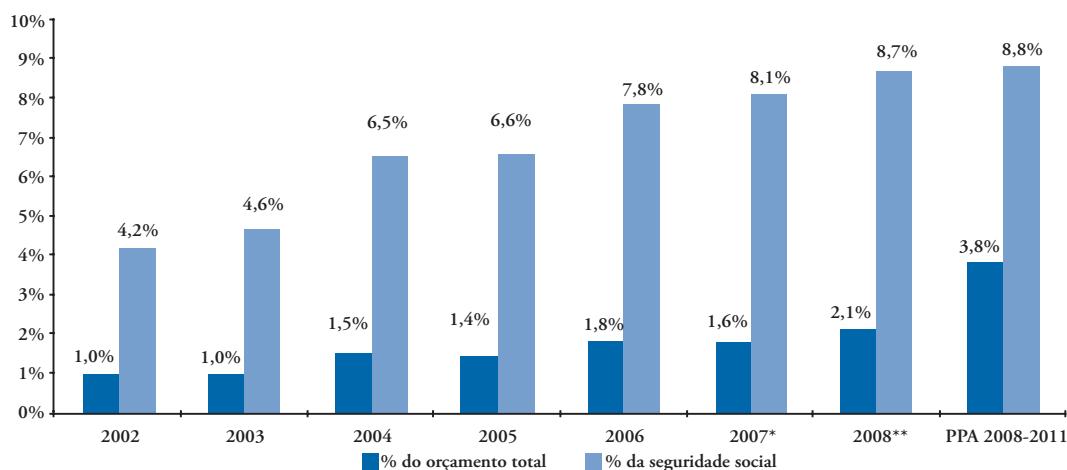
desigualdade. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea<sup>1</sup>), com base em informações disponíveis na PNAD, é possível identificar a contribuição positiva das transferências de renda (pensões e aposentadorias públicas, Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios do Bolsa Família, dentre outros) na melhoria das condições de vida desse segmento com baixo acesso ao mercado de trabalho formalizado.

De acordo com a PNAD 2006, o número de pessoas em condições de extrema pobreza é de aproximadamente 21,7 milhões em todo o Brasil (considerando-se em extrema pobreza os indivíduos que sobrevivem com renda domiciliar *per capita* inferior a 1/4 de salário mínimo). Todavia, caso fossem retirados da renda domiciliar os benefícios da previdência e da assistência, estima-se que o número de extremamente pobres subiria para 38,9 milhões de pessoas. Isto é, cerca de 17,2 milhões de pessoas saem dessa condição por conta dos benefícios previdenciários e assistenciais, o que representa uma redução de 44,1% no número estimado dos extremamente pobres no País, caso tais benefícios não existissem<sup>2</sup>.

Nesse contexto, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família ajudam a promover a redução da pobreza e da desigualdade, e tais efeitos positivos são produzidos pelo fato dos benefícios chegarem àqueles que devem de fato ser contemplados pelo critério de renda. Segundo o Banco Mundial, 74% da renda do BPC e 80% da renda do Programa Bolsa Família vão para famílias situadas abaixo da linha de pobreza (renda mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo).

A prioridade atribuída pelo Governo para os mais pobres reflete-se, dentre outros, no aumento do percentual de recursos destinados à função Assistência Social. O gráfico a seguir mostra a evolução dos recursos da assistência social em relação ao orçamento total da União. Em 2007, registrou-se um crescimento de 60% em relação ao exercício de 2002. Em relação à participação percentual dos recursos da assistência social no total da seguridade social, verifica-se incremento gradativo entre 2002 (4,2%) e 2007 (8,1%).

**Gráfico 5– Evolução Percentual dos Recursos da Assistência Social em Relação ao Orçamento Total e à Seguridade Social da União**



Fonte: SIAFI Notas: \* Lei+crédito: 30 de novembro de 2007 \*\* PLOA 2008 \*\*\* PLPPA 2008-2011

<sup>(1)</sup> Ipea. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. Nota Técnica, Brasília, Agosto de 2006.

<sup>(2)</sup> Ipea. PNAD 2006 - Primeiras Análises: Demografia, educação, trabalho, previdência, desigualdade de renda e pobreza. Brasília / Rio de Janeiro, setembro de 2007.

Apesar da ainda enorme dívida social, o que deve impulsionar esforços do Estado e da sociedade brasileira para construir uma sociedade mais justa e solidária. É importante reconhecer, algo freqüentemente expresso por diversas nações e por organismos internacionais, que os programas sociais brasileiros têm alterado as condições de vida da população e que os mais pobres têm elevado pouco a pouco sua participação na apropriação dos benefícios do crescimento econômico.

#### a) Transferência de Renda: o Bolsa Família

O Bolsa Família, principal Programa de transferência de renda do Brasil, além de ampliar os padrões de consumo de alimentos das famílias beneficiárias, está tendo efeitos positivos também na educação. O Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, já mencionado, aponta que o Programa brasileiro está impulsionando o número de matrículas: cerca de 60% dos jovens pobres de 10 a 15 anos que atualmente estão fora da escola devem matricular-se, em resposta às exigências do Bolsa Família e de seu antecessor, o Bolsa Escola. O documento afirma: “a taxa de abandono (nas escolas) diminuiu cerca de 8%”. Programas de transferências condicionadas de renda têm potencial não apenas para reduzir a vulnerabilidade, afirma o relatório, mas também de permitir às pessoas pobres reivindicar direitos sociais que facilitam o progresso do desenvolvimento humano.

Os valores dos benefícios pagos pelo Programa brasileiro variam de R\$ 18 a R\$ 112, de acordo com as características de cada família. As famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, aquelas com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 60, recebem um benefício básico de R\$ 58 por mês, mais R\$ 18 de benefício variável por criança entre zero a 12 anos ou adolescentes até 15 anos incompletos, até o limite de R\$ 54 por família (valor equivalente a três crianças ou adolescentes). As famílias em situação de pobreza, aquelas com renda familiar mensal *per capita* de R\$ 60,01 até R\$ 120, recebem apenas o benefício variável de R\$ 18 por criança ou adolescente, obedecendo ao limite já mencionado.

Em dezembro de 2007, 11,04 milhões de famílias e cerca de 45 milhões de pessoas foram atendidas pelo Programa Bolsa Família. O número equivale a um quarto da população brasileira e a quase todos os brasileiros em situação de pobreza. O custo aproximado do Programa, em 2007, foi de R\$ 9 bilhões, ou aproximadamente 0,39% do PIB. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, o Programa é uma transferência modesta (de recursos federais) que produziu resultados surpreendentes. Entre esses resultados, o PNUD destaca que o Bolsa Família:

- 1) foi responsável por quase um quarto da recente queda da desigualdade de renda e por 16% do declínio na pobreza extrema;
- 2) queda de 60% na desnutrição de crianças pobres, entre seis e 11 meses de idade; e
- 3) ênfase na igualdade de gênero, ao privilegiar as mulheres como receptoras dos benefícios.

O Programa introduziu estratégias que permitiram aperfeiçoamentos constantes no processo de seleção de beneficiários, de forma a incluir famílias que efetivamente atendam aos critérios de elegibilidade definidos em sua legislação. O alcance aos mais pobres, segundo o Banco Mundial, é o mais expressivo dentre todos os programas de transferência condicionada de renda em vigor na América Latina e, também, tem a melhor focalização entre outros programas que têm como objetivo atender às famílias mais pobres.

O acompanhamento das condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, freqüência escolar e atendimento em saúde, apresentou melhorias significativas no período 2003-2007. Em relação à freqüência escolar, houve aumento no número

de Municípios e de escolas que a informaram, no número de crianças acompanhadas e, ainda, na possibilidade de acesso às informações mais detalhadas sobre os motivos de não frequência escolar. Por exemplo, em agosto/setembro de 2004, havia informação de frequência de 50,8% das crianças/adolescentes de seis a 15 anos incluídas no Programa; em agosto/setembro de 2007, esse mesmo percentual foi de 78,3%. Com relação à saúde, no primeiro semestre de 2005, 30% dos Municípios informaram dados sobre condicionalidades. Já no primeiro semestre de 2007, este percentual foi de mais de 90%.

A principal estratégia de aperfeiçoamento do Programa é o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado em 2006, que serve como apoio aos Municípios nas atividades de gerenciamento do Bolsa Família e do Cadastro Único. O índice varia de zero a um e indica a qualidade da gestão do Programa feita pelos Municípios. Para obter um bom índice, os gestores municipais devem manter atualizadas as informações do Cadastro Único, além de informar os dados sobre as condicionalidades de saúde e educação. De acordo com o desempenho, são transferidos mensalmente recursos financeiros para os Fundos Municipais de Assistência Social. Até o mês de novembro de 2007, foi transferido o valor de R\$ 209 milhões, com previsão de pagamento até dezembro de mais R\$ 20 milhões, totalizando cerca de R\$ 230 milhões no ano de 2007. Para 2008, estão previstos cerca de R\$ 311 milhões para os serviços de apoio à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

É importante destacar o papel estratégico que o Cadastro Único pode desempenhar para o conjunto das políticas do Governo. O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), normatizado pelo Decreto nº 6.135, de junho de 2007, constitui instrumento de identificação e de caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. O Cadastro é utilizado para a seleção de beneficiários e para a integração dos programas sociais do Governo. O Cadastro pode ainda subsidiar o planejamento e a implementação de políticas públicas no âmbito municipal e estadual ao permitir a identificação e o diagnóstico de necessidades de famílias e de indivíduos. Em dezembro de 2007, o número de famílias no CadÚnico era 17,64 milhões e o número de pessoas cadastradas e ativas era de 66,17 milhões.

Os princípios de cooperação e de solidariedade entre os Entes Federativos refletem-se no modelo de gestão adotado pelo CadÚnico. O Município necessariamente apresenta função protagônica na gestão do Cadastro, uma vez que cabe àquela Unidade Federativa o contato direto com as famílias cadastradas ou com perfil para cadastramento, priorizando a inclusão da população socialmente mais vulnerável. Os benefícios aportados pelo CadÚnico derivam de uma série de propriedades: i) precisão – por apresentar informações sobre unidades familiares e indivíduos; ii) dinamismo – pela sua permanente atualização, viabiliza a identificação, caracterização e localização de indivíduos e famílias a qualquer tempo; iii) economia – por conferir eficiência ao gasto público, na medida em que permite a identificação precisa do público-alvo para ações públicas e diminuir a necessidade de que cada órgão público realize seu próprio cadastro. Desse modo, o Cadastro tem sido importante instrumento para a gestão de diversos programas do Governo, como o Programa Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Agente Jovem de Desenvolvimento.

Em 2008, o Bolsa Família será ampliado, com a inclusão dos jovens de 16 e 17 anos das famílias já beneficiárias do Programa. As famílias receberão repasse mensal de até R\$ 30,00 para no máximo dois jovens, que terão como contrapartida a frequência escolar.

## **b) Políticas de Assistência Social**

O exercício de 2007 foi marcado por avanços significativos na implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), no

apoio financeiro e operacional aos Municípios para a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e de projetos de estruturação da rede de proteção social básica. Acelera-se assim o processo de consolidação da assistência social como política pública de seguridade social.

Para o aprimoramento do Suas, foi elaborado o seu Plano Decenal – uma construção coletiva orientada pelas metas aprovadas na VI Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2005. Esse instrumento expressa um planejamento para a implementação desse Sistema em todo o território nacional, até o ano de 2015, representando, sobretudo, um pacto de metas, resultados e compromissos. O plano estabelece que conteúdos e efeitos sobre a realidade social das famílias das ações do Suas tornem-se objeto de reflexão contínua. Ainda em relação ao aprimoramento do Suas, merece destaque a realização de capacitação de, aproximadamente, seis mil profissionais do Suas e do programa de transferência condicionada de renda; a implantação da Rede Nacional de Capacitação Descentralizada, que visa ministrar o curso de Formação de Gerentes Sociais para 1.600 gerentes sociais estaduais e municipais que atuam na área de assistência social não contributiva e transferência condicionada de renda; a elaboração do protocolo para desenvolvimento do sistema estadual de informação no âmbito do Suas e o levantamento realizado pelo IBGE da rede de entidades de assistência social sem fins lucrativos.

No tocante ao controle e à participação social no Suas, destaca-se a realização da VI Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro de 2007, para debater a implantação do Sistema, aperfeiçoar o Plano Decenal da Assistência Social, afirmar os compromissos e responsabilidades com esse Plano e aprovar a Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais. A realização dessa Conferência envolveu cerca de 2.000 participantes e cumpriu o desafio de discutir as possibilidades de avanços na perspectiva da consolidação do Suas e avaliar quais são os principais desafios da área socioassistencial para os próximos anos.

Para o exercício de 2008, estão previstos, diversas ações para a consolidação do Suas, destacando-se a tipificação dos serviços socioassistenciais; o aprimoramento da regulação do Sistema, incluindo a gestão financeira e recursos humanos; a regulação do certificado de entidade beneficente de assistência social e da conceituação de entidades de assistência social; a regulação da Rede Suas e seus aplicativos; a implantação do sistema de vigilância social; a capacitação de conselheiros dos conselhos nacional, estaduais, do DF e municipais de assistência social; a capacitação de 9.000 profissionais operadores do Suas e do programa de transferência condicionada de renda; e a capacitação de gestores e técnicos municipais e estaduais da assistência social, em 4.135 municípios, abrangendo um total de 8.500 profissionais.

A Proteção Social Básica do Suas (PSB) tem por objetivo prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ela se apóia no Programa de Atenção Integral à Família (Paif), desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), e nos serviços para idosos, jovens, crianças de zero a seis anos e pessoas com deficiências.

O Paif tem por objetivos o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de ações socioeducativas, tendo como foco prioritário o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Em 2007, foram repassados recursos da ordem de R\$ 254,2 milhões a 2.624 Municípios para o co-financiamento do Paif, em cerca de 3,2 mil Cras. Além disso, foi iniciado o monitoramento dos Cras implantados a partir de 2003, para caracterizar recursos e serviços ofertados às famílias fragilizadas em seus territórios de abrangência.

Além do atendimento pelo Paif, as crianças de até seis anos e as pessoas idosas também foram contempladas, em 2007, com outras ações. Foram atendidas aproximadamente 1,6 milhão de crianças em creches, pré-escolas e ações socioeducativas. Para o aperfeiçoamento do atendimento à criança, procura-se orientar os Municípios na transição, prevista na LDB, das ações de creche e pré-escola, do âmbito da assistência social para o da educação, processo que deve ser finalizado até o ano de 2009. Em relação aos serviços ofertados a pessoas idosas, a proteção social básica co-financiou o atendimento a 364,2 mil pessoas em centros e grupos de convivência, em 2.192 Municípios. O Governo aportou cerca de R\$ 240,6 milhões para o co-financiamento dos serviços destinados às crianças e pessoas idosas.

Para o ano de 2008, estão previstos a expansão do co-financiamento do Paif para aproximadamente 600 Cras; fortalecimento do processo de monitoramento desses Centros; implementação do Protocolo para Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Renda nos Cras; e início da padronização do espaço físico desses Centros, a fim compatibilizar os serviços da PSB aos seus espaços e criar uma identidade para essas unidades. Para o atendimento das crianças de até seis anos tem-se o apoio à transferência da rede de educação infantil da assistência social para a de educação e a regulação dos serviços socioeducativos para crianças de até seis anos.

Os Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência e à Pessoa Idosa (BPC) atenderam a cerca de 1,38 milhão de pessoas com deficiência e 1,29 milhão de pessoas idosas, no exercício de 2007, com o montante de aproximadamente R\$ 10,5 bilhões. Foram promovidas, também, modificações na metodologia de avaliação da pessoa com deficiência, por meio do Decreto nº 6.214, de setembro de 2007. Outras importantes iniciativas, visando ao desenvolvimento institucional para a consolidação do Suas foram a regulamentação dos benefícios eventuais, por meio do Decreto nº 6.307, de dezembro de 2007, e a regulamentação do artigo 3º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que trata da relação com as entidades e organizações de assistência social que integram o Suas, com a publicação do Decreto nº 6.308, de dezembro de 2007.

Com relação ao aperfeiçoamento da concessão dos benefícios assistenciais, estão previstas, para 2008, a regulação do atendimento a crianças e adolescentes na faixa etária de zero a 18 anos beneficiárias do BPC nos serviços de proteção social básica, priorizando ações de reabilitação com base na comunidade e reforço ao atendimento domiciliar à pessoa com deficiência; a implementação do Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do BPC junto aos Municípios; e a realização de pesquisa, por amostra domiciliar, para acompanhar os efeitos do BPC na vida dos beneficiários.

No âmbito da Proteção Social Especial (PSE), busca-se promover a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica, e, ou, sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras, por meio de atividades fundamentadas na orientação, no convívio e no resgate de vínculos familiar e comunitário. Esse nível de proteção social é concretizado mediante a implementação do serviço de Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias, desenvolvido nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas); dos Serviços de Proteção Social Especial à Família; dos Serviços Específicos de Proteção Social Especial; e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

A Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias foi implantada, em 2007, em 1.108 Municípios, com a transferência de R\$ 49,2 milhões, permitindo o atendimento de aproximadamente 65,9 mil crianças e adolescentes em 932 Creas.

Os Serviços de Proteção Social Especial à Família atendem crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua, entre outros. A oferta dos serviços é estruturada a partir da articulação com outras políticas públicas e deve possibilitar o restabelecimento do convívio familiar, autonomia, reinserção e convívio social. Em 2007, esses serviços atenderam aproximadamente 102,6 mil indivíduos, com um aporte de recursos do Governo Federal de R\$ 35,9 milhões. Os Serviços Específicos de Proteção Social Especial são direcionados para as ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, atendimento de reabilitação na comunidade, centro-dia e atendimento domiciliar a idosos e pessoas com deficiência. No ano de 2007, o co-financiamento do Governo Federal, de aproximadamente R\$ 76,9 milhões, possibilitou atender cerca de 185,3 mil idosos e pessoas com deficiência.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) é um serviço socioassistencial destinado às famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho e integra diversas ações intersetoriais do Governo na defesa dos direitos fundamentais desse segmento populacional. Em 2007, o Governo, por intermédio do MDS, capacitou os Municípios para identificarem e cadastrarem crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce no CadÚnico. Esse trabalho resultou na identificação e atendimento de cerca de 863,2 mil crianças e adolescentes nos serviços socioeducativos, mediante a aplicação de, aproximadamente, R\$ 193,5 milhões. Destaca-se ainda a implantação do Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Peti (Sispeti); a sensibilização da sociedade sobre a necessidade em erradicar o trabalho infantil por meio da Campanha “Com o trabalho infantil, a infância desaparece”; a assinatura do termo de cooperação técnica com o Ministério Público do Trabalho, que contribuirá para a identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho; e a avaliação e revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – Conaeti.

Para o exercício de 2008, estão previstas como principais atividades da Proteção Social Especial a implantação do projeto de reintegração familiar de crianças e adolescentes abrigados em razão da situação de pobreza de suas famílias; a implementação dos serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no âmbito dos Creas; o apoio à municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto; a implantação de projetos de estruturação dos abrigos para mulheres vítimas de violência; a definição dos parâmetros para funcionamento de equipamentos públicos de proteção social especial; o monitoramento e o apoio ao reordenamento dos serviços desenvolvidos em abrigos para crianças, adolescentes e pessoas idosas, entre outras.

### **c) Ações de Segurança Alimentar**

Com determinação, o Brasil vai virando uma importante página na sua história recente, ao passar das ações emergenciais de combate à fome para a construção de políticas sustentáveis de segurança alimentar e nutricional, dentro da estratégia Fome Zero. Desde 2003, a questão da fome e o desafio da construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional passaram a ser enfrentados por meio da reestruturação do Estado e do diálogo com a sociedade.

Nesse sentido, o Governo, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), estimulou a organização de conferências na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Em julho de 2007, o Consea e o MDS promoveram o evento de maior expressão nacional e internacional sobre o tema, a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza (CE). O encontro

fortalece o modelo descentralizado de atuação do Estado, tendo ocorrido 26 conferências estaduais e 536 conferências municipais, que foram fundamentais para a consolidação da segurança alimentar como uma política pública. Sua realização representa um amplo processo de mobilização e participação social, afirmando a segurança alimentar e nutricional como um direito humano fundamental e uma expressão da soberania alimentar dos povos.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é fundamental nessa estratégia. O PAA promove o desenvolvimento econômico de comunidades e a valorização da agricultura familiar, assegurando a compra da produção desses agricultores e a distribuição dos alimentos adquiridos a entidades sociais e a grupos em situação de vulnerabilidade. Os alimentos adquiridos pelo programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais prestados nas entidades das redes locais de proteção e promoção social e nos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. Beneficia diretamente os cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens. Assim o PAA, em parceria com Estados e Municípios, garante renda e trabalho para homens e mulheres do campo e contribui para a melhoria das condições nutricionais das famílias mais pobres.

Até novembro de 2007, foram adquiridas 205 mil toneladas de alimentos da agricultura familiar com um investimento financeiro de R\$ 260,2 milhões. Além disso, o PAA beneficia mais de 21 milhões de pessoas em mais de 1.500 Municípios, incluindo outras ações complementares como a operacionalização de estoques estratégicos de segurança alimentar, na qual, até novembro de 2007, haviam sido distribuídas mais de 830 mil toneladas de alimentos. Em 2008, está prevista a aquisição de até 400 mil toneladas de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Articulado aos demais equipamentos públicos, como as Cozinhas Comunitárias e os Bancos de Alimentos, o Programa Restaurantes Populares têm criado excepcional condição para os gestores municipais implantarem políticas locais de segurança alimentar e nutricional, sobretudo, nas áreas urbanas e metropolitanas brasileiras. Executado em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, esse Programa está presente em 107 cidades, com 123 unidades, que servem diariamente 42 mil refeições de qualidade, com base em cardápios regionais para trabalhadores urbanos cuja renda familiar os exclui do acesso a uma refeição fora do seu domicílio. O Governo Federal investiu no período 2003-2007 R\$ 122,7 milhões nessas parcerias, sendo que os Estados e Municípios, em contrapartida, agregaram cerca de R\$ 18 milhões. No exercício de 2007, foram destinados R\$ 22,9 milhões para a implantação de novas unidades, bem como para a qualificação dos serviços prestados nas unidades em funcionamento. Para 2008, estão previstos recursos na ordem de R\$ 37 milhões para instalação de 52 unidades de restaurantes e cozinhas comunitárias. Os Bancos de Alimentos também desempenham papel relevante nessa rede, pois eles se articulam com os demais equipamentos (restaurantes e cozinhas comunitárias) nos sistemas locais de segurança alimentar e nutricional. Os investimentos do Governo Federal neste programa, com as parcerias e contrapartidas financeiras e operacionais, já totalizaram, desde 2003, R\$ 14,3 milhões que concretizaram uma rede de equipamentos presente em 96 Municípios. Para 2008, prevê-se a instalação de 20 unidades de bancos de alimentos e mercados públicos.

As ações de acesso à alimentação ainda contam com a distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, visando garantir a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, acampados da reforma agrária, comunidades de terreiros, atingidos por barragens ou por calamidades públicas que estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional. A distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, em 2007, atendeu a 402,7

mil famílias, com investimento financeiro realizado de R\$ 43,4 milhões. Em 2008, está previsto o atendimento a 306 mil famílias.

Seguindo a política de segurança alimentar e nutricional, o Programa de Cisternas provoca grandes mudanças nas condições de vida da população na região do Semi-árido brasileiro e tem como objetivo o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial à vida e à cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o ecossistema do Semi-árido. O público-alvo do projeto são as famílias de baixa renda, residentes na área rural de Municípios do Semi-árido, que não disponham de fonte de água ou meio adequado de armazená-la, para o suprimento das suas necessidades básicas. Em 2007, foi alcançada a marca de um milhão de pessoas beneficiadas, com acesso à água para beber e cozinhar.

#### **d) Geração de Oportunidades para Inclusão**

As ações implementadas nos últimos quatro anos pelo Governo e os resultados efetivamente alcançados, como a redução da pobreza e da desigualdade, demonstram o acerto da proposta de assegurar o direito humano à alimentação, à assistência social e à renda. No entanto, é consenso a necessidade de impulsionar a criação de oportunidades de inclusão produtiva ao público beneficiário dos programas sociais, de forma sustentável, avançando do campo da proteção para o campo da promoção social.

Além das ações já apresentadas, para a melhoria socioeconômica das famílias, especialmente as referenciadas na área rural, que deverão envolver em 2008 recursos da ordem de R\$ 560 milhões, o Governo também atua em outras frentes. Uma delas é a articulação de empresas públicas e privadas com vistas à identificação e criação de oportunidades, trabalho e renda para as famílias beneficiárias dos programas sociais, em situação de vulnerabilidade e risco sociais, potencializando os projetos de responsabilidade social naquelas empresas. Essa experiência tem contribuído para que os resultados das políticas públicas sejam ampliados e replicados, permitindo alcançar grupos sociais de difícil acesso. Outro conjunto de ações, visando à promoção social, diz respeito ao apoio a projetos desenvolvidos pelas Prefeituras e Governos Estaduais que visam o fortalecimento ou criação de unidades produtivas coletivas e autogestionárias, a constituição de redes e articulação de cadeias produtivas entre esses empreendimentos e ações mais focalizadas na qualificação socioprofissional. Foi alocado em 2007, por meio de editais públicos voltados para os Entes Federados, o montante de R\$ 13 milhões e a previsão para 2008 é de R\$ 33 milhões.

O desenvolvimento de medidas para a emancipação socioeconômica do público beneficiário das políticas e programas sociais é uma das prioridades do Governo para 2008. Esse objetivo intersetorial exigirá um esforço de integração das políticas que contribuem para a inserção socioeconômica das famílias visando, assim, potencializar os seus efeitos e dar maior racionalidade à alocação dos recursos públicos.

### **3. Juventude**

#### **a) Política Nacional de Juventude**

O Governo inovou na concepção de política pública e passou a considerar os jovens como sujeitos de direitos e a juventude como Política de Estado. Esse novo olhar tem garantido a milhares de jovens oportunidades de acesso à educação, ao mundo do trabalho e à cidadania. A consolidação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, criados em 2005 e vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República, foi fundamental para inserir o tema da juventude como questão estratégica para o País.

A interação entre os três Entes Federados, o Legislativo e a sociedade civil tem sido um desafio importante para a construção de uma Política Nacional de Juventude ainda mais ampla. Nesse processo, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) cumpre uma relevante função, por ser um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o Governo e a juventude brasileira. É um órgão consultivo e tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

O debate público e a mobilização social também foram decisivos para aprimorar esse processo. Nesse sentido, o Governo convocou, em setembro de 2007, a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. A iniciativa vai constituir um fórum nacional para debater os desafios das juventudes, discutir diretrizes e metas que possam potencializar as iniciativas públicas direcionadas à população brasileira entre 15 e 29 anos e afirmar os direitos do segmento juvenil. As Conferências municipais e estaduais já estão ocorrendo e a etapa nacional esta prevista para ocorrer entre 27 e 30 de abril de 2008, em Brasília, devendo reunir mais de dois mil jovens de todo o País.

No plano internacional, a expectativa é que seja encaminhada para a apreciação do Congresso Nacional, em 2008, a Ata de Fundação da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), com vistas a sua ratificação e posterior incorporação ao ordenamento jurídico nacional, finalizando o processo de adesão do Brasil à OIJ. Ainda nesse plano, o Governo continuará o diálogo com vistas à cooperação sobre a integração de programas de juventude com países em que a sociedade demande políticas de inclusão social, elevação de escolaridade, qualificação profissional, geração de renda e ação comunitária. São os casos de Moçambique e Guiné-Bissau, na África, onde o governo brasileiro segue com diálogos para concretizar ações sob o amparo legal e jurídico do protocolo firmado na área dos direitos da juventude.

#### **b) ProJovem**

A PNAD estima que 47,3 milhões de brasileiros eram jovens de 15 a 29 anos, em 2006, correspondendo a um quarto da população total do País. Dentre estes, existe uma parcela considerável de jovens que eram atendidos de forma insuficiente pelas políticas e programas tradicionais. Diante desse desafio, o Governo iniciou um processo profundo de revisão dos programas destinados a essa parcela da população. Em 2005, foi lançado o ProJovem, programa que oferece a oportunidade de conclusão do ensino fundamental e qualificação profissional no nível de formação inicial para jovens de 18 a 24 anos. Para participar, o jovem deveria ter terminado a quarta série, não ter concluído a oitava série do ensino fundamental e não ter emprego com carteira assinada.

O ProJovem vem sendo executado em parceria com prefeituras municipais de todas as capitais brasileiras e 29 cidades de regiões metropolitanas, assegurando uma ação ainda mais ampla para beneficiar os jovens que vivem em situação de exclusão. Já se matricularam no ProJovem, desde a sua implantação, 215 mil alunos. Os resultados obtidos indicaram novas possibilidades de avanço e articulação de programas de juventude nas diversas áreas de Governo e culminou com o lançamento, em setembro de 2007, do Programa Unificado de Juventude – o ProJovem – que terá início em 2008. Foram unificados seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Esse novo programa vai permitir que esses jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional e tenham acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. O ProJovem poderá atender, até 2010, quatro milhões de jovens entre 15 e 29 anos.

Uma importante inovação desse Programa é a ampliação da faixa etária dos beneficiários das principais ações voltadas para a Juventude, a qual anteriormente era apenas de 15 a 24 anos. Esta ampliação introduz no Brasil um padrão internacional de conceituação de Juventude, no qual são definidos três grandes grupos: os adolescentes-jovens (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens-adultos (25 a 29 anos). Opta-se, dessa forma, por atender um extrato maior da sociedade, buscando propiciar oportunidades para um contingente cada vez maior de cidadãos. Ao ampliar e integrar os programas, o Governo constrói uma trajetória de continuidade que permite ao jovem excluído do processo educacional convencional ter acesso a ações de alfabetização por meio do Brasil Alfabetizado, participar do ProJovem para a conclusão do ensino fundamental e aperfeiçoamento de habilidades básicas, até chegar às escolas técnicas, ao ensino superior (ProUni) ou em, condições mais competitivas, ao mercado de trabalho.

#### 4. Educação

As políticas e ações no campo da educação vêm sendo implementadas ao longo dos últimos anos, tendo como pressuposto que o acesso à educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos. Pela educação passam a cidadania, a geração de empregos, a inclusão social, o desenvolvimento sustentado, a produção de conhecimento e a soberania da Nação. Cumpre, portanto, à educação um papel estratégico na transformação social do País e na implementação de um modelo econômico justo e solidário.

##### a) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

O referencial de execução das políticas educacionais a serem implementadas, a partir de 2008, é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Governo, em 2007, mediante a articulação de um conjunto de programas, projetos e ações que envolvem os três níveis de ensino e suas diversas modalidades. O objetivo do PDE é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação por meio de uma estratégia de ação que contemple as dimensões educacional e territorial, tendo como conceito básico para implementação a idéia de arranjo educativo. Constituem as bases de sustentação do PDE os seguintes pilares: visão sistêmica da educação; territorialidade; desenvolvimento; regime de colaboração; responsabilização e mobilização social.

Apesar de lançado em meados do ano de 2007, alguns resultados importantes já foram alcançados ainda no decorrer do referido exercício. Na educação básica, o ensino fundamental foi ampliado para nove anos, com o ingresso do aluno na escola aos seis anos de idade, o que aproxima esse nível da educação infantil. A lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sancionada em 2007, garante investimentos da educação infantil ao ensino médio, ampliando os recursos complementares repassados pela União aos Entes Federativos. A formação de professores recebeu um grande impulso, por meio da educação a distância, ação que recebe reforço também da Universidade Aberta do Brasil. Outra política pública adotada no âmbito do ensino superior é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e de Expansão das Universidades Federais (Reuni).

As redes federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior estão em processo de expansão e vêm recebendo forte investimento com programas direcionados aos jovens e aos trabalhadores de baixa renda: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Projovem Trabalhador; Programa Universidade para Todos (ProUni). O Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

permite que a alfabetização de jovens e adultos seja incorporada como efetiva política de Governo – em detrimento às antigas campanhas de alfabetização, de tempo, espaço e resultados limitados –, porque integra a continuação dos estudos à alfabetização inicial, por meio de convênios com Estados e Municípios.

Ao mesmo tempo, projetos de ações afirmativas, de proteção à criança e de promoção da diversidade foram adotadas em escolas de todo o País, entre eles o Escola Aberta e o Escola que Protege. Outros foram desenvolvidos em parceria com as universidades públicas, como o Licenciatura Intercultural Indígena e o Conexões de Saberes. Os programas e projetos do Ministério da Educação podem ser agrupados em nove eixos temáticos, conforme caracterização apresentada a seguir.

### **b) Educação Básica**

A qualificação do ensino passa necessariamente pela qualificação do professor. O Governo tem priorizado a execução de um sistema de formação de profissionais da educação das escolas públicas. Em 2007, deu-se continuidade à execução de programas que já se mostraram eficazes. Dentre esses programas, que têm como objetivo melhorar a qualidade da educação básica merece destaque o Programa de Formação a Distância para Trabalhadores da Educação Básica (Profucionário). Esse Programa tem por finalidade a formação e profissionalização dos trabalhadores da educação que atuam fora da sala de aula. O objetivo é titular em curso técnico de nível médio secretários, merendeiros, porteiros, monitores e demais auxiliares da educação.

O Programa de formação inicial para professores em exercício na educação infantil (Proinfantil) é voltado aos professores em exercício na educação infantil, que atuam em creches e pré-escolas da rede pública e da rede privada sem fins lucrativos (filantrópicas, comunitárias ou confessionais, conveniadas ou não) e que não possuem a formação mínima exigida pela legislação vigente. O total de formandos, em dezembro de 2007, foi de 1.867 professores. A partir de 2008, o Proinfantil ampliará o atendimento abrangendo no mínimo 17 Unidades da Federação com uma meta de formação estimada de 20 mil professores no referido exercício.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, constituída de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento para oferta de programas de formação permanente para professores, tem o grande mérito de conseguir institucionalizar a oferta de produtos e cursos de formação de professores, por meio da criação e fortalecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento ligados às universidades. Até o momento a Rede conta com a atuação de 19 universidades e já possibilitou, ao longo da sua existência, a formação de 48 mil profissionais da educação, em cinco áreas de atuação. Para 2008, está prevista a ampliação das áreas de atuação e dos centros parceiros.

O Programa de Formação de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Pró-Letramento) já certificou, até o exercício de 2007, 48.990 professores da educação básica nas áreas de alfabetização, linguagem e matemática. Outros 103.700 cursistas encontram-se em fase de formação.

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), durante o ano de 2007, estabeleceu como meta a implantação de 300 pólos de apoio presencial, em todo o País, com oferta de 45 mil vagas por meio de convênios com Instituições Federais de Ensino Superior. Até dezembro de 2007, 73% da meta foi atingida e será totalmente efetivada até fevereiro de 2008. No primeiro semestre de 2008 será finalizado o processo de avaliação e articulação de pólos e cursos do II Edital de implementação da UAB. A meta é selecionar

mais 250 pólos de apoio presencial e aumentar para cerca de 90 o número de instituições públicas de ensino superior conveniadas com essa instituição. Os novos pólos da UAB referentes ao II Edital deverão ser implementados no segundo semestre de 2008, com uma oferta de mais 50 mil vagas.

Com uma distribuição eficiente de pólos, já em 2008, terá início o Programa Casa do Professor. O objetivo é vincular a um determinado pólo todos os professores da rede pública atuando numa área máxima de 100 Km do referido pólo. Esse pólo, denominado Casa do Professor, oferecerá cursos de formação inicial e continuada para os professores e também atividades culturais e formação para a diversidade. Além disso, o professor pode usar os laboratórios dos pólos para experiência com seus alunos. Outra iniciativa importante da UAB, em 2007, foi o apoio à infra-estrutura dos pólos presenciais, com a oferta de 50 computadores para cada pólo e da conexão à Internet, pelo sistema Gesac, além de colaborar fortemente com a aquisição de livros didáticos para as bibliotecas.

O Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação é um programa a distância, com estrutura modular, cujo objetivo é proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impressos – de forma integrada ao processo de ensino e aprendizagem, aos profissionais de educação. O Programa atendeu 10 mil professores cursistas em 2007 e em 2008, pretende-se que esse número seja ampliado.

Em 2007, por meio do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), implementou-se a distribuição de 7,5 mil laboratórios de informática para as escolas públicas de ensino médio do País, adquiridos em 2006, e iniciou-se a atualização de mil laboratórios instalados em escolas públicas de ensino médio, com mais de cinco anos de uso. Em 2007, foram adquiridos nove mil novos laboratórios de informática para atendimento de escolas urbanas do 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série) e três mil para rurais.

Por meio do Portal do Professor será possível disseminar a cultura de uso da tecnologia nas escolas brasileiras. Esse Portal conta com materiais interativos, multimídia, sugestões de aulas, *links*, jornal do professor e outros mais. Estarão cadastrados para acesso público todos os bons materiais pedagógicos produzidos pelo Brasil e pelos demais países, com as devidas traduções.

A Rede Interativa Virtual de Educação (Rived) tem fomentado, junto às instituições de ensino superior, a produção nacional de conteúdos educacionais digitais (em formato de animações e simulações), oferecendo às escolas, em todos os níveis, a possibilidade de promover inclusão digital, bem como estímulo e modernização do processo de aprendizagem dos estudantes, por meio do uso de atividades digitais interativas.

O Programa Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Especial abrange 18 Instituições de Educação Superior (IES), que disponibilizam atendimento educacional especializado na modalidade educação a distância, com 21 cursos, contemplando a formação de 10 mil professores de 379 Municípios. Em 2008, pretende-se dar continuidade ao programa, com ampliação do número de professores atendidos, nas diferentes áreas da educação especial.

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) tem por objetivo fortalecer a autonomia da gestão escolar a partir de um diagnóstico dos desafios de cada escola e da definição de um plano de gestão para a melhoria dos seus resultados, com foco na aprendizagem dos alunos. Foram realizados, ao longo do ano de 2007, encontros de qualificação na metodologia de planejamento estratégico com dirigentes estaduais e municipais de educação e das escolas definidas pelo MEC para atendimento prioritário e

foram qualificados 4.700 gestores escolares, professores e técnicos. O Plano terá continuidade em 2008, com a ampliação do número de Municípios prioritários. Serão priorizados aqueles Municípios que apresentarem pior desempenho, o qual será auferido por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o instrumento instituído pelo Governo para medir o desempenho da educação básica no Brasil.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é um dos mais antigos programas sociais do Governo e é considerado um dos maiores do mundo na área de alimentação escolar, atendendo a aproximadamente 35,5 milhões de estudantes, que freqüentam instituições públicas e filantrópicas de educação em todo o Brasil, o que equivale a 19% da população brasileira. O Pnae tornou-se, ao longo dos anos, forte estratégia pedagógica, integrando-se ao Programa Fome Zero. O Governo centrou esforços na recuperação do valor *per capita* do programa e no reforço do atendimento àqueles grupos beneficiários de maior risco nutricional.

O Pnae realizou várias atividades, em 2007, com vistas a fomentar a qualidade alimentar e nutricional, dentre as quais destacam-se: pesquisa nacional de avaliação do perfil nutricional e consumo alimentar dos escolares, capacitação dos agentes envolvidos no Pnae, formação de cinco centros colaboradores de alimentação e nutrição do escolar, apoio à realização do III Congresso Internacional de Alimentação Escolar para a América Latina, como estratégia de intercâmbio de experiências, e apoio a países africanos e da América Latina. No referido exercício foram investidos recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão no Pnae.

O Governo pretende, em 2008, promover mudanças importantes nesse Programa, de forma a ampliar a cobertura, inclusive para alunos do ensino médio. Pretende-se, também, reforçar a estratégia de aquisição preferencial de alimentos dos pequenos agricultores familiares e estabelecer prioridade para o atendimento dos alunos que afirmam ir à escola por causa da alimentação.

No que se refere ao livro didático para a educação básica, o Governo executa importantes programas, dentre os quais destaca-se: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que adquiriu, em 2007, 110,2 milhões de livros para reposição e complementação de matrículas para 2ª a 4ª série (3º ao 5º ano) e aquisição completa para alunos de 1ª, 5ª a 8ª série (1º, 2º e 6º ao 9º ano). Assim, no ano letivo de 2008, 31,1 milhões de alunos de 139,8 mil escolas públicas serão beneficiados. As escolas de ensino fundamental e médio que têm alunos com surdez receberão, também, dicionários trilingües: português – inglês – Libras. Os alunos com surdez de 1ª a 4ª série receberão cartilha e livro de Língua Portuguesa em Libras, em CD-ROM. O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), adquiriu, em 2007, 18,2 milhões de livros para 7,1 milhões de alunos de 15,2 mil escolas públicas do País. Seguindo a meta progressiva de universalização do livro para o ensino médio, o atendimento do livro didático ampliou-se com a inserção dos componentes curriculares de História e Química e, em 2008, adquirirá os livros de Física e Geografia, completando a grade curricular do ensino médio para distribuição anual; e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que ampliou a abrangência de seu público-alvo para além do ensino fundamental, estendendo o seu atendimento para a educação infantil e o ensino médio. Foram beneficiados, em 2007, cinco milhões de alunos da educação infantil com 1,9 milhão de livros, contendo textos em versos, em prosa, de imagens e histórias em quadrinhos. Para a biblioteca do ensino fundamental, foram adquiridos 3,1 milhões de livros em benefício de 16,4 milhões de alunos de 1ª a 4ª série (1º ao 5º ano). Foram adquiridos 3,9 milhões de livros para a biblioteca do ensino médio, que beneficiarão 7,7 milhões de alunos com obras literárias, de referência e de pesquisa nas áreas de ciências humanas e suas tecnologias, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias e linguagens, códigos e suas tecnologias. Em 2008, será implementada a distribuição de materiais e livros didáticos para a alfabetização e a escolarização de jovens e adultos. Para garantir a acessibilidade dos alunos cegos ao livro didático digital falado nas disciplinas de Português e Biologia, do ensino médio, foram distribuídos 774 notebooks. Em relação aos alunos surdos em

processo de alfabetização, foi distribuído o livro digital em Libras e iniciou-se a elaboração da mencionada coleção em Libras de 1ª a 4ª série.

No âmbito do PDE, ainda, foi criado o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, com o objetivo de ampliar a oferta de atendimento educacional especializado, para complementar a formação do aluno com necessidades educacionais especiais matriculado no ensino regular. Caracteriza-se por ser uma ação de apoio aos sistemas de ensino para garantir suporte aos alunos no turno inverso ao da escolarização. Em 2007, foram implantadas 500 salas de recursos, contemplando 303 Municípios e 400 escolas.

Por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) são repassados recursos às Entidades Federativas para o custeio do transporte dos alunos da zona rural. A média anual de investimento federal, que foi de R\$ 38,1 milhões de 1995 a 2003, saltou para R\$ 270 milhões de 2004 a 2007. Neste período, foram beneficiados em torno de 3,5 milhões de alunos. Pretende-se, a partir de 2008, que o programa seja estendido para a educação infantil e o ensino médio, beneficiando, assim número significativamente maior de alunos.

Além disso, foram criados, em 2007, dois novos programas para renovar a frota de veículos escolares e especificar veículos adequados para o transporte de alunos para trafegar na zona rural. São eles: o Caminho da Escola e o Proescolar, ambos financiados pelo BNDES.

O primeiro, objetiva renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar de alunos da educação básica da zona rural dos sistemas estadual e municipal, por meio da aquisição de ônibus e de embarcações. O Proescolar destina-se a financiar a aquisição de veículos de transporte escolar por empresas e pessoas físicas que atuem no setor. No total, estão previstos R\$ 300 milhões para cada uma das linhas de financiamento para o período de 2007 a 2009. Isso possibilitará a compra de mais de quatro mil novos veículos, que integrarão a frota do transporte escolar.

O Governo vem apoiando os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no processo de adequação das escolas à lei que amplia a duração do ensino fundamental de oito para nove anos e determina que, até 2010, a matrícula do aluno seja feita a partir dos seis anos de idade. Em 2007, esse apoio se efetivou, sobretudo, por meio da elaboração e distribuição de documentos, que tiveram por objetivo subsidiar os sistemas de ensino com informações pedagógicas, legais e administrativas sobre a implementação da ampliação do ensino fundamental para nove anos.

A política de Educação Básica do Governo tem dado ênfase especial à formação científica dos alunos. Em 2007, foram desenvolvidas diversas ações relacionadas ao apoio, desenvolvimento e estímulo à Educação Científica, a exemplo do Prêmio Ciências no Ensino Médio, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do aprendizado na área das Ciências da Natureza e Matemática integrado às demais áreas de conhecimento, bem como incorporar a prática e a reflexão científica na vida escolar e social de jovens e adultos. O investimento do Governo no campo da educação científica se efetivou ainda na implementação do Programa Nacional de Apoio às Feiras de Ciências da Educação Básica (Fenaceb), que tem por objetivo a expansão e o incremento do ensino de Ciências nas escolas de ensino fundamental e médio das redes públicas federal, estadual e municipal. Nesse sentido, a 2ª Feira Nacional de Ciências da Educação Básica, promovida pelo Ministério da Educação, ocorrerá em abril de 2008, em Brasília.

O Governo apoiou, ainda, a realização de diversas olimpíadas escolares. Coordenadas por sociedades científicas e instituições

acadêmicas nos diversos campos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Astronomia e outras), as olimpíadas já integram o calendário de nossas escolas. Em 2007, a Olimpíada Brasileira de Matemática contou com a participação de 14,2 milhões de estudantes.

Em 2008, será lançada a primeira edição da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa, que será dirigida aos alunos das escolas dos sistemas públicos de ensino e terá por objetivo estimular o desenvolvimento das competências dos alunos em leitura e produção de textos. A equipe pedagógica do projeto realizará atividades de formação com os professores sobre como trabalhar a produção de textos.

### c) Educação Superior

O Plano de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) constitui uma das metas do Governo no campo da educação superior. No Plano é priorizada a implantação de novos *campi* no interior dos Estados, levando-se em consideração as necessidades e vocações econômicas de cada região do País, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade.

A partir de 2003, foram criados e consolidados 86 *campi* universitários e 15 novas universidades. O plano de expansão permitirá, quando da sua plena implementação em 2010, o ingresso anual de mais de 35 mil estudantes em cursos de graduação nas universidades federais e 155 mil matrículas ao final da implantação, por meio de recursos alocados diretamente nas respectivas universidades, as quais poderão contar com infra-estrutura e recursos humanos necessários à efetivação de cerca de 560 cursos de graduação em todo o País e em todas as áreas do conhecimento.

Como uma oportunidade para que as universidades repensem seu funcionamento e sua estrutura acadêmica, reformulando currículos, muitas vezes rígidos e com forte viés disciplinar, o Governo instituiu, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Mais de 33 instituições já tiveram seus planos aprovados pelo Ministério da Educação. O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, para 90%, e a mudança da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor, de dez para dezoito, ao final de cinco anos.

Por meio dos planos já aprovados, até o ano de 2012, todo o País terá um acréscimo de 66,03% no número de vagas oferecidas nos cursos presenciais de graduação, o que representa cerca de 78 mil novas vagas, ou seja, um total de 300 mil alunos matriculados em 2012.

O maior acréscimo no número de vagas ocorrerá no ensino noturno, com a ampliação de 135% no número de vagas, até 2012, oferecendo 39 mil novas vagas. Além da ampliação nas vagas dos cursos de graduação, o Reuni promoverá a abertura de mais de 473 novos cursos nos programas de pós-graduação, o que corresponderá a um aumento de 28,1% dos cursos atuais, oferecendo mais 4.888 bolsas de mestrado e 3.901 bolsas de doutorado, até o final de 2012.

Foi criado um banco de vagas docentes, tendo como referência a unidade chamada professor-equivalente, que simplifica a contratação de professores nas universidades federais. O banco representa passo importante no exercício pleno da autonomia de gestão

administrativa das universidades federais. Essa alteração permitirá definir anualmente, para universidade federal, um número de vagas docentes, com base em unidades de professor-equivalente. O banco será capaz de refletir o potencial de aproveitamento de vagas de cada instituição, levando em conta os professores efetivos e substitutos em exercício, além das perspectivas de expansão.

Tendo por finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa, o Governo instituiu, ainda em 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni). O Programa é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos. Em consonância com a política social do Governo, o ProUni reserva um percentual das bolsas ofertadas aos afrodescendentes, indígenas e deficientes. Os professores também possuem critérios diferenciados de participação no Programa, o que vem ao encontro da política de incentivo à formação docente e qualificação da educação básica pública.

O ProUni possui ainda ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições como a bolsa permanência e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que possibilita ao bolsista parcial contratar o financiamento concomitantemente à utilização da bolsa de estudos do programa.

O ProUni conta, atualmente, com mais de 1.400 instituições participantes em todas as Unidades da Federação, beneficiando mais de 300 mil estudantes. Para 2008, a meta é de 180 mil bolsas ofertadas, com uma renúncia fiscal estimada de R\$ 133,6 milhões.

Criado em 1999, o mencionado Fies é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação. Esse Fundo prioriza as instituições participantes do ProUni nas distribuições de seus recursos, assim como possibilita a concessão dos financiamentos prioritariamente aos bolsistas parciais desse programa.

Como ação integrante do PDE, foram aprovados aprimoramentos, no âmbito do Fies, como, por exemplo, a introdução de um período de carência para início do pagamento, a dilatação do prazo de ressarcimento do financiamento contratado, o aumento do percentual máximo de financiamento, a possibilidade de utilização da fiança solidária como garantia e a extensão do financiamento aos cursos de mestrado e doutorado. O Fies já atendeu, até o processo seletivo de 2006, cerca de 457 mil estudantes, com investimento estimado em R\$ 4,8 bilhões. A meta para 2008 é de 100 mil contratos.

Criado em 1979, o Programa de Educação Tutorial PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente doutor, organizados a partir de cursos de graduação das Ifes e concede bolsas de apoio acadêmico aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Em 2007, o PET contava com 370 grupos e 3.968 bolsistas, além de 1.984 não-bolsistas, distribuídos por todo o território nacional, em instituições de ensino superior públicas – federais, estaduais e municipais – e privadas. Para o exercício de 2008, está prevista a manutenção dos grupos existentes, além da criação de 30 novos grupos.

Já o Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), que foi criado em 2003, visa o desenvolvimento de práticas extencionistas nas Ifes, por meio de ações acadêmicas que enfatizem políticas públicas e promovam o desenvolvimento social. Em 2007, o número de programas e projetos foi de 103 nas Ifes e 60 nas estaduais.

No âmbito da pós-graduação, uma das iniciativas de maior destaque é a Escola de Altos Estudos, que foi criada, em 2006, para facilitar a vinda ao País de professores e pesquisadores estrangeiros de atuação reconhecida e valorizar a formação de mestres e doutores no Brasil. Em 2007, foram apoiados 17 projetos e 13 já estão confirmados para o ano de 2008. Projetos que incluem o desenvolvimento de pesquisas em áreas consideradas estratégicas para o País, seja em termos de segurança nacional, seja em termos sociais, receberam atenção especial. Nesse sentido, foram abertos vários editais em 2007 para apoiar a formação de recursos humanos de alta qualificação e apoio à pesquisa em áreas estratégicas identificadas pela política governamental, destacando-se o Edital Pró-equipamentos, que revelou a surpreendente demanda dos grupos de pesquisa para a aquisição de equipamentos de pequeno e médio porte. Foram recebidas 897 propostas de grupos de pesquisa de todo o País. O objetivo é propiciar o uso compartilhado dos equipamentos por estudantes e pesquisadores de áreas afins. Para 2008, está previsto novo edital, com ampliação da oferta de recursos; o Edital da TV Digital, que tem por objetivo financiar projetos interdisciplinares que estimulem a criação de novas linhas de pesquisas ligadas ao desenvolvimento do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD); e o Edital do Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD), lançado em dezembro de 2007, que objetiva a formação continuada e a absorção temporária de jovens doutores para atuarem em projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas, o reforço à pós-graduação e instituições de pesquisa e o apoio às empresas de base tecnológica (EBTs).

No Brasil, o número de bolsas de mestrado e doutorado mantidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2007, foi de 28 mil, beneficiando alunos matriculados em universidades públicas, confessionais e particulares, totalizando cerca de R\$ 550 milhões aplicados. Foram também apoiados mais de 800 congressos, *workshops* e seminários científicos no País. No referido período, também foram concedidas novas bolsas para o exterior, sendo aproximadamente 773 bolsistas de doutorado-sanduiche, 136 bolsistas de doutorado pleno e 392 estagiários de pós-doutorado. No mesmo ano foram mantidos, em 30 países, outros 2.699 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduiche, mestrado e estudantes de graduação. A participação de 374 doutores em eventos no exterior também foi apoiada pela Capes.

A Capes realizou, também em 2007, a avaliação trienal de 2.265 programas de pós-graduação do País. A avaliação é a ferramenta principal de controle de qualidade da pós-graduação brasileira e é considerada, nacional e internacionalmente, como a causa do alto desempenho desse nível de ensino no Brasil. No mesmo exercício, foram aprovados 171 novos programas de pós-graduação, sendo 82 de mestrado acadêmico, 29 de mestrado profissional, 42 de doutorado, e 18 de mestrado e doutorado. Com relação aos mestrados profissionais, houve um crescimento de 10% em relação ao ano anterior. Para 2008, o grande desafio será apoiar o sistema nacional de formação inicial e continuada de professores que atuam na educação básica, especialmente por intermédio da UAB, no âmbito da Capes.

#### **d) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**

Em 2007, o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos redesenhou suas estratégias de atuação, tendo por base os novos parâmetros criados pelo PDE e os resultados das iniciativas de avaliação e monitoramento. Ainda que o público-alvo tenha permanecido inalterado – jovens, adultos e idosos, com 15 anos ou mais de idade, que não tiveram acesso à escola ou que tiveram de interromper os estudos – o Programa agregou novos critérios para sua implementação, com o objetivo de ampliar a efetividade das ações de alfabetização.

Nesse sentido, o Programa atuou com base no foco prioritário territorial, abrangendo a Região Nordeste, o Norte de Minas e o Estado do Pará (onde se localizam 1.103 Municípios com taxas de analfabetismo absoluto superiores a 35%), mas preservando

a cobertura nacional. Atendeu a aproximadamente 1,3 milhão de pessoas, meta que será ampliada, em 2008, para cerca de 2,0 milhões.

Foram distribuídos 2,4 milhões de exemplares de obras literárias destinadas aos jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização. No citado ano, foi implantado o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos, processo que permitiu a seleção de 18 livros didáticos que, a partir da escolha realizada localmente, serão distribuídos, em 2008, a todos os alfabetizandos atendidos pelo Programa. Ainda no âmbito do Brasil Alfabetizado, são implementadas ações específicas para alguns segmentos da população, tais como: agricultores familiares; quilombolas; pescadores; e a população carcerária.

#### e) Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica vivencia atualmente a maior expansão de sua história. Em 93 anos, de 1909 a 2002, foram construídas, no Brasil, 140 escolas técnicas. O Governo, nos últimos anos, está construindo e equipando 214 novas escolas federais de educação profissional.

Já a partir de janeiro de 2008, serão investidos recursos significativos para a construção um número expressivo de novas escolas técnicas. Essas escolas, que contemplam os 26 Estados e o Distrito Federal, integram a fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, lançado em abril de 2007 como política do PDE. Na fase I, 39 unidades já foram construídas e mais 25 estão em fase de conclusão. O ano de 2007 encerrou-se com 179 instituições federais de educação profissional.

Com a primeira e segunda fases do Plano de Expansão, às 170 mil vagas atuais, deverão ser acrescentadas outras 274 mil, o que ampliará em 161% o acesso de jovens à qualificação profissional. A meta é chegar a 2010 com cerca de 500 mil vagas nessa modalidade.

Iniciativa importante para a expansão da educação profissional e tecnológica é a que permite que, no futuro, sejam criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Serão instituições de educação básica, superior e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, além de forte inserção na área de pesquisa e extensão. Os institutos serão constituídos a partir da integração dos centros federais de educação tecnológica (Cefets) e das escolas técnicas e agrotécnicas federais. Cada Estado terá pelo menos um instituto federal.

Metade das vagas oferecidas nesses institutos será destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial de currículo integrado. Na educação superior, haverá destaque para cursos de licenciatura em ciências da natureza, como Física, Química, Matemática e Biologia. Também serão incentivadas as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, como a formação de professores de Mecânica, Eletricidade e Informática.

Outro projeto de relevância, instituído em 2007, foi a Escola Técnica Aberta do Brasil (E-tec Brasil) — ensino técnico a distância, que beneficiará, em 2008, 50 mil pessoas. Voltado prioritariamente aos jovens que moram nas periferias das grandes cidades, visa dar formação profissional concomitante ao ensino médio.

Além da expansão e do fortalecimento da educação profissional, são desenvolvidas pelo menos mais quatro ações de destaque no campo da educação profissional e tecnológica, a saber: o mencionado Programa de Integração da Educação Profissional à Educação

Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia e Catálogo dos Cursos Técnicos; Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica e o Escola de Fábrica/ProJovem Trabalhador.

O Proeja destina-se a pessoas com mais de 18 anos que não concluíram a educação básica e que possuem pouca ou nenhuma formação profissional. Objetiva uma formação cidadã emancipatória, tendo como meta o atendimento de mais de 800 mil jovens e adultos, até 2011, nas redes federal, estaduais e municipais, nas modalidades de ensino de educação presencial e a distância.

Com a experiência exitosa do catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia, foi lançado, em 2007, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Estruturado em eixos tecnológicos, o catálogo agrupa os cursos conforme as suas características, de forma a agregar as diversas definições para um mesmo perfil. O documento tem função de unificar a nomenclatura dos cursos, funcionando também como um guia de carreiras para os estudantes.

#### **f) Educação e Diversidade**

O PDE reconhece e enfatiza a educação como um meio para a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. Para que se procure reduzir as desigualdades sociais e regionais, eliminar preconceitos de origem, raça, gênero, idade e quaisquer outras formas de discriminação, antes de tudo, é fundamental o respeito à diversidade. E a razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de se enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais.

No que se refere à educação escolar indígena, no ano de 2007, o Governo, em diálogo com os Governos Estaduais, mobilizou recursos para a construção de escolas, formação de professores e elaboração de material didático específico. O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind) apoiou projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas, integrando ensino, pesquisa e extensão, e promovendo a valorização do estudo de temas indígenas relevantes. Os projetos apoiados também capacitam os professores indígenas como agentes interculturais na promoção e realização dos projetos de suas comunidades. Em 2007, havia 906 professores em processo de formação, prevendo-se a ampliação do atendimento para dois mil professores, em 2008. Em 2010, pretende-se que esse número chegue a quatro mil.

Um dos principais programas de educação do campo é o Programa Saberes da Terra, que tem como objetivo incluir no sistema formal de ensino, jovens e adultos agricultores familiares. No biênio 2006/2007, formou-se cerca de cinco mil educandos, com certificação correspondente ao ensino fundamental e qualificação profissional.

Em relação à construção de escolas no campo, pretende-se, a partir de 2008, ampliar a oferta dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio nos Municípios de menor pontuação no Ideb.

Na busca pela inclusão dos alunos com deficiência ou com altas habilidades no ensino regular, foi criado o Programa Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Especial, constituindo uma rede de 18 Instituições Públicas de Educação Superior para a oferta de formação continuada a distância, aos sistemas de ensino de cursos de extensão nas áreas da deficiência física, mental e sensorial e das altas habilidades/superdotação. Em 2007, foram contemplados por esse Programa 10 mil professores de 379 Municípios. Some-se a isso a realização do Curso de Formação para o Atendimento Educacional Especializado, que aborda os aspectos legais da inclusão, deficiência física, mental, visual e surdez, na modalidade a distância; que contemplou

1.470 professores da educação especial, de 147 Municípios, no referido exercício. Na modalidade presencial, em 2007, foram realizados cursos de formação continuada para professores que atuam nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, abrangendo as diferentes áreas de atuação da Educação Especial, como a surdocegueira, deficiência auditiva e visual, altas habilidades/superdotação, tecnologia assistiva e estimulação precoce, contemplando dois mil professores.

Ressalte-se, ainda, os avanços obtidos em 2007 na implementação do ensino e da utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no sistema de ensino, com a produção e distribuição do citado primeiro livro de alfabetização produzido em Língua Portuguesa e Libras (digital), do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, para todos os alunos surdos e com deficiência auditiva, do primeiro e segundo ano do ensino fundamental, das escolas públicas. Também deve ser mencionada a realização do primeiro e do segundo Exame Nacional de Proficiência em Libras – Prolibras, para a certificação de professores para o ensino de Libras e para a tradução e interpretação das Libras/Língua Portuguesa/Libras, garantindo a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, bem como da acessibilidade às comunicações as pessoas com surdez nos sistemas de ensino.

Também no ano de 2007, foram executadas ações voltadas, principalmente, para a efetivação do Programa Brasil Quilombola. Qualificaram-se cerca de 10 mil professores da rede de ensino por meio de cursos de formação continuada a distância e presenciais. Foram produzidos e distribuídos bibliografia e material didático (cerca de 21 mil volumes) para as redes com programas de formação de professores, secretarias estaduais e municipais, além de bibliotecas públicas. Estão sendo reativados os Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial, de forma a garantir a inclusão de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares.

Emanadas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, do Programa Brasil sem Homofobia e de um conjunto de dispositivos nacionais e internacionais, as ações voltadas para educação em direitos humanos envolvem a capacitação de profissionais da educação básica e da educação profissional e tecnológica nos temas, além da produção de referenciais teóricos e didático-pedagógicos. Em 2007, foram qualificados 20 mil profissionais da educação para ações temáticas, por meio de projetos como Escola que Protege, Educação em Direitos Humanos e Projeto Gênero e Diversidade Sexual e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Em 2008, esses projetos serão expandidos.

#### **g) Cooperação Internacional**

A agenda internacional em educação foi ampliada no ano de 2007, com o aprofundamento e a diversificação dos programas de cooperação com países desenvolvidos e em desenvolvimento, além dos organismos internacionais. O PDE e os avanços obtidos pelas políticas públicas elevaram o Brasil a uma posição de parceiro cada vez mais importante na cooperação internacional.

No plano bilateral, merece destaque a expansão da cooperação Sul-Sul em apoio a projetos e reformas educacionais nos países em desenvolvimento da África, da América do Sul, do Oriente Médio e da Ásia. Entre os programas que têm motivado a cooperação técnica prestada, destacam-se a alimentação escolar, a formação de docente e a capacitação de professores (Proformação) e gestores, a educação de jovens e adultos, a formação técnico-profissional em diversas áreas e níveis, a formação curricular, a educação especial, a elaboração de materiais didáticos, o apoio aos sistemas de ensino superior, em particular a criação de programas de pós-graduação, inclusive com mecanismos de credenciamento e avaliação, a realização de pesquisas conjuntas e o ensino da Língua Portuguesa.

A cooperação com a China foi aprofundada com o crescimento do número de missões universitárias recíprocas e a multiplicação dos contatos entre diversas instituições de ensino superior, em especial com vistas à expansão do ensino do Português e do Mandarim, dos estudos sobre as realidades do Brasil e da China e das oportunidades de intercâmbio estudantil e docente.

Intensificou-se igualmente a cooperação com os países desenvolvidos. O atendimento à comunidade brasileira no Japão teve importante progresso, não apenas pelo acréscimo no número de jovens atendidos pelos exames do Encceja, mas também pelo crescente apoio às escolas brasileiras naquele país. Para 2008, espera-se a concretização da oferta de cursos de graduação a distância no Japão e a participação das escolas brasileiras no Censo Escolar e em exames nacionais de avaliação.

No âmbito de programas específicos de cooperação internacional, devem ser destacados o Programa Escolas Bilíngües de Fronteira, que possibilita a integração de professores argentinos e brasileiros que ensinam espanhol e português, respectivamente, em escolas brasileiras e argentinas. A ação piloto já atendeu ao todo 4.807 alunos de 1ª e 2ª séries do ensino fundamental e envolveu 229 professores. O Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) se constitui em uma atividade de cooperação com países em desenvolvimento que mantêm acordos educacionais ou culturais com o Brasil. O objetivo principal é possibilitar aos cidadãos daqueles países realizarem estudos universitários no Brasil, em nível de graduação, nas Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do Programa. Atualmente, o PEC-G atende mais de 3,5 mil estudantes de 43 países da América Latina e Caribe, África e Ásia. O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) consiste em conceder bolsas no valor de um salário mínimo, por 12 meses, para alunos estrangeiros, participantes do PEC-G, regularmente matriculados em cursos de graduação das Ies. Atualmente, são atendidos estudantes provenientes de mais de 40 países, principalmente da África, matriculados em 42 Ies; além do programa de cooperação específico com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que concedeu, em 2007, 45 bolsas para professores de educação básica e de ensino superior, com o objetivo de colaborar na reconstrução do sistema educacional do Timor Leste, bem como fomentar o ensino da Língua Portuguesa naquele país.

A cooperação internacional, no âmbito da pós-graduação, teve um crescimento significativo. Em 2007, foram firmados novos acordos que incrementaram ainda mais a cooperação Sul-Sul. Destaca-se o acordo trilateral de cooperação acadêmica com o Fórum Ibas (Índia/Brasil/África do Sul), e acordos bilaterais com a Índia, Moçambique e Angola. Destaca-se, também, a criação do Colégio Doutoral Argentino-Brasileiro e o lançamento do Programa Centros Associados para Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-Argentina. Nessa mesma vertente, foi renovado o acordo com o Uruguai e iniciaram-se negociações com o Paraguai e a Venezuela para o recebimento de um grande contingente de estudantes de mestrado e doutorado daqueles países no Brasil.

#### **h) Financiamento da Educação**

O mencionado Fundeb, que substituiu o Fundef, tem por objetivo assegurar mecanismo de financiamento que promove a inclusão socioeducacional no âmbito de toda a educação básica, atendendo os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio, inclusive a educação de jovens e adultos. O Fundeb terá vigência de 14 anos e sua implantação será gradual, iniciada em 1º de janeiro de 2007, alcançando a plenitude em 2009. O contingente de beneficiários passará de 30,2 milhões com o Fundef, para cerca de 47 milhões de alunos (dados do censo escolar de 2006) e os recursos passarão de R\$ 35,9 bilhões para aproximadamente R\$ 63 bilhões no terceiro ano de vigência do Fundo (em valores de 2007), dos quais uma parcela será proveniente da União: R\$ 2 bilhões no primeiro ano (2007), R\$ 3 bilhões no segundo ano, R\$ 4,5 bilhões no terceiro ano e 10% do montante resultante da contribuição dos Estados e Municípios, a partir do quarto ano.

Pelo menos 60% dos recursos do Fundeb serão investidos na remuneração e valorização dos profissionais da educação de escolas públicas, melhorando a capacidade docente e, conseqüentemente, o aprendizado do aluno. Esse Fundo trouxe três inovações: a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas não se dá apenas por etapa e modalidade da educação básica, mas também pela extensão do turno – a escola em tempo integral recebe 25% a mais por aluno matriculado; a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do Fundo; e a atenção à educação infantil é complementada pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), programa que financia a expansão da rede física de atendimento à educação infantil pública.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por objetivo assegurar às escolas melhores condições física e pedagógica, de modo a contribuir para a elevação da qualidade do ensino fundamental, tornando sua oferta eqüitativa, e reforçar a autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático. O PDDE destina, em caráter supletivo, recursos consignados aos estabelecimentos escolares das redes de ensino dos Entes Federados e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, beneficentes de assistência social e de atendimento direto e gratuito ao público. Até novembro de 2007, o PDDE liberou R\$ 324,7 milhões a 108 mil escolas beneficiárias, para atendimento de 27,2 milhões de alunos. Pretende-se, em 2008, estender os benefícios do PDDE à educação infantil e ao ensino médio.

#### **i) Democratização da Gestão Nacional da Educação**

A demarciação da gestão da educação é uma prioridade. Por meio do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, quatro mil diretores de instituições de ensino públicas foram capacitados, em 2007. Outros dois programas nacionais criados a partir de 2003 – o de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) e o de Fortalecimento dos Conselhos Escolares –, colaboram para aumentar a eficiência e democratizar a gestão escolar, ampliando a participação da sociedade nas decisões. O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), por sua vez, fornece formação continuada a secretários e diretores de departamento. Por sua vez, o Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) e o de Avaliação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação viabilizaram a capacitação de 1.030 gestores em todo o Brasil, em 2007.

O Censo Escolar 2007, realizado por meio do Sistema Educacenso, ao coletar informações individualizadas de alunos e docentes, possibilita a realização de novos diagnósticos sobre a educação brasileira. Preliminarmente, em 2007, foram contabilizados aproximadamente 51,8 milhões de matrículas e 1,7 milhão de docentes.

Também em 2007, foram realizados estudos com o objetivo de identificar um conjunto de boas práticas às quais poderiam ser atribuídas ao bom desempenho dos alunos. Essas práticas foram traduzidas em 28 diretrizes, que orientam as ações do plano de metas Compromisso Todos pela Educação, programa estratégico do PDE, que permitirá inaugurar um novo regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e a família, visando a melhoria da qualidade da educação. Cabe ressaltar que a participação dos Entes Federativos no Compromisso é voluntária.

#### **j) Indicadores e Avaliações**

A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi fundamental para nortear as mudanças nas políticas educacionais e para possibilitar o monitoramento das redes de ensino. O Ideb é um indicador objetivo e, a partir de suas projeções, é

possível fazer a verificação do cumprimento das metas fixadas no termo de adesão do citado plano de metas Compromisso Todos pela Educação. O índice é comparável nacionalmente e expressa, em valores, os resultados mais importantes da educação: aprendizagem (obtidos pelos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb e da Prova Brasil) e fluxo (obtidos no Censo Escolar), equilibrando as duas dimensões.

Para o tratamento e disseminação mais qualificados das informações e estatísticas pertinentes ao ensino, foi criado o Índice de Vulnerabilidade Educacional dos Municípios. Esse indicador considera a dimensão territorial, o número de vagas nas escolas, a estrutura disponível nas instituições de ensino e a vulnerabilidade social, com atendimento prioritário das cidades com assentamentos agrários. Outro indicador, o de Caracterização da Escola, tem base nos dados do Censo Escolar e complementa os estudos sobre a qualidade da oferta educacional.

O Prova Brasil é uma avaliação, realizada a cada dois anos, sobre o rendimento e o desempenho dos alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental, na rede pública de ensino, por meio da aplicação de instrumentos (provas e questionários). Objetiva fornecer um diagnóstico do nível de aprendizagem dos alunos de cada unidade escolar e do conjunto das escolas do País. Em 2007, foram aplicadas provas e questionários para cerca de cinco milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental das escolas públicas, urbanas, de 5.500 Municípios.

Foi realizado, também, o levantamento de campo da Prova Brasil e do Saeb, abrangendo aproximadamente cinco milhões de alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio (180 mil turmas; 50 mil escolas; 5.500 Municípios; e 27 Unidades da Federação). Em 2008, serão divulgados os resultados para as escolas e redes de ensino. Os dados gerados serão utilizados para o cálculo do Ideb.

Há ainda o Provinha Brasil, que é um instrumento de aferição do desempenho escolar a ser implantado nos Municípios e no Distrito Federal. Consiste na avaliação da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2008, será disponibilizado às redes de ensino e aos professores um conjunto de instrumentos composto por: provas, sistemática de correção e material instrucional (manuais de aplicação e manual de interpretação).

Em 2007, foram realizados o primeiro e o segundo Exame Nacional de Proficiência em Libras para a certificação de professores para o exercício da docência na área. No primeiro exame, em janeiro, foram aprovados 1.349 candidatos. Em outubro, houve outros 1.511 aprovados no exame de proficiência. Em 2008, o terceiro ProLibras será realizado com o credenciamento de instituições para implantação dos exames.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) permite ao estudante avaliar o seu nível de aprendizado e o orienta nas decisões futuras, tanto em relação à continuidade dos estudos, quanto às opções ligadas ao mercado de trabalho. Em 2007, participaram do exame mais de 2,7 milhões de alunos. O desempenho na prova é um dos pré-requisitos para a obtenção das bolsas de estudos do ProUni, sendo utilizado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso a cursos profissionalizantes pós-ensino médio e à educação superior.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é um instrumento de avaliação que mede as competências e habilidades de jovens e adultos, residentes no Brasil e no exterior, em processo de conclusão do ensino fundamental

e médio. A avaliação foi realizada, em dezembro de 2007, para mais de 300 mil inscritos no Brasil. Prevê-se que esse número aumente na avaliação de 2008.

Em 2007, o Brasil manteve sua adesão ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), para a avaliação que se realizará em 2009 e focará principalmente o tema da leitura. Neste exercício serão realizados os pré-testes de instrumentos para o exame de 2009 e a divulgação dos resultados do Programa, que se iniciou em 2000 junto às escolas brasileiras.

Já foi iniciado o ciclo 2007-2009 de avaliações *in loco* de instituições e cursos de educação superior, previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), concomitantemente com a avaliação do desempenho dos estudantes, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), cujos resultados conjuntos permitem traçar um panorama da qualidade da educação superior do País. O Enade 2007 contou com a participação de 258.342 alunos, entre ingressantes e concluintes.

#### **k) Ações Integradas**

O Programa Escola Aberta, implementado em parceria com a Unesco, desde 2004, está hoje presente em todos os Estados da Federação, totalizando quase duas mil escolas em 111 Municípios. O Programa visa a proporcionar aos alunos da educação básica das escolas públicas e às suas comunidades espaços alternativos, nos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações educativas complementares. Estima-se que sejam beneficiados, por final de semana, cerca de 400 mil pessoas nas diversas oficinas.

Na educação ambiental, o Governo dá apoio à formação de professores e à produção de materiais didático-pedagógicos voltados para a leitura crítica da realidade, a partir da diversidade e do meio ambiente e para a sustentabilidade da vida em suas múltiplas dimensões. Até dezembro de 2007, participaram dos seminários de formação continuada em Educação Ambiental 10.948 professores de 9.379 escolas de todos os Estados. Completando o círculo virtuoso da Educação Ambiental, em 2007 foram descentralizados recursos para as Unidades da Federação, com o objetivo de, entre outros, apoiar a realização de Conferências de Meio Ambiente nas Escolas e Conferências Regionais/Estaduais, que vão culminar com o evento nacional, cuja realização está prevista para o mês de dezembro de 2008.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que envolve a capacitação de profissionais da educação básica e da educação profissional e tecnológica, está sendo implementado em 14 Estados. A temática dos direitos humanos também está presente, de forma transversal, em uma série de outros projetos, tais como o Gênero e Orientação Sexual – que permitiu a formação de 4.908 mil professores nas diretrizes do Programa Brasil sem Homofobia – e o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – que formou 270 profissionais e 270 jovens multiplicadores nos últimos anos.

Na área de ações educacionais complementares, com destaque para o projeto Escola que Protege, foram formados, nos últimos anos, 6.400 educadores e profissionais da rede de proteção à infância, beneficiando cerca de 200 mil crianças. O objetivo é que esses profissionais possam identificar situações de exploração de trabalho infantil, de violência física ou psicológica, abandono, maus-tratos e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Dando continuidade às parcerias para melhoria da qualidade da educação, o Governo, por intermédio dos Ministérios da Educação e o de Minas e Energia, no Programa Luz para Todos, prevê que todas as escolas públicas do País terão energia

elétrica. Cerca de 700 mil alunos da educação básica (1,5% do total de alunos) não têm luz na escola. O início da instalação está previsto para 2009. A partir do lançamento do PDE, essas escolas passaram a ter prioridade no mencionado Programa para garantir total acesso dos alunos aos programas de educação e formação profissional do Governo. Dentro da escola, a energia vai facilitar a integração de outros programas sociais, como acesso aos serviços de saúde, abastecimento de água, saneamento e inclusão digital.

O programa Mais Educação, lançado no âmbito do PDE, tem desenvolvido importante articulação entre ações do Governo que têm como foco crianças e jovens. A partir das demandas formuladas por Estados e Municípios em seus planos de ações articuladas, o Mais Educação está concluindo um desenho de apoio – técnico e financeiro – para estimular a educação integral em diversas escolas públicas do País.

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiências é voltado para pessoas atendidas pelo BPC e visa contribuir para a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, prioritariamente de zero a 18 anos. O Programa garante a inclusão escolar por meio da articulação intersetorial nas três esferas de Governo, envolvendo as políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos.

## 5. Saúde

Em 2007, houve expressivo avanço no processo de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Para a concretização desses avanços, o Governo tem implementado ações para melhorar a eficiência e eficácia das políticas na área da saúde em particular, visando o fortalecimento do SUS e a melhoria das condições de vida da população.

### a) Atenção Básica

#### a.1) Saúde da Família

Para o fortalecimento da atenção básica no País, o Governo tem priorizado a implementação da Estratégia de Saúde da Família. Como resultado, em 2007 a cobertura populacional das Equipes de Saúde da Família foi de 46,7% (até novembro), representando um significativo avanço frente à cobertura observada em 2002, que foi de 30,4%. Em termos quantitativos, estão em atividade nos Municípios brasileiros 27.311 Equipes de Saúde da Família e 210.906 agentes comunitários de saúde.

Para 2008, foram traçados como desafios a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família a sua extensão às populações indígenas e quilombolas. A meta, para 2008, é a ampliação para mais de 29 mil Equipes de Saúde da Família.

#### a.2) Saúde Bucal

As ações do Programa Brasil Sorridente continuam a ser expandidas com a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). Até o mês de novembro de 2007, já foram implantados 599 desses Centros, e realizados mais de 12,1 milhões de procedimentos especializados. A cobertura do Saúde Bucal passou de 17,5%, em 2002, para 40,8%, em 2007, totalizando 15.669 equipes de saúde bucal (ESBs) nos Municípios brasileiros. Entre 2005 e outubro de 2007, foram implantados, mediante ação conjunta com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e convênios com as Secretárias Estaduais de Saúde, 583 novos sistemas de fluoretação,

abrangendo 434 Municípios em 11 Estados, o que resultou em benefício para 5,8 milhões de pessoas.

Entre os desafios para 2008, incluem-se a negociação com as Secretarias Estaduais de Saúde para a intensificação e regularização da participação dos Governos Estaduais no financiamento das ações; a definição de financiamento destinado a ampliar as ações de ortodontia, implantodontia, fissurados e alta complexidade no âmbito do SUS; a ampliação da participação do Governo Federal no custeio dos serviços; e a promoção de adequações nos sistemas de informações em saúde de base nacional. A meta para este exercício é alcançar 750 CEOs e 18.750 ESBs.

### **a.3) Alimentação e Nutrição**

No âmbito específico da Saúde, o Governo empreendeu, em 2007, diversas ações de promoção da alimentação saudável, vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação. Destacam-se a divulgação das diretrizes alimentares para a alimentação saudável (Guia Alimentar para a População Brasileira), junto a 20 mil serviços e profissionais de saúde, as ações de alimentação saudável nas escolas, com a edição de portaria conjunta entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação e a realização de oficinas de trabalho com a capacitação de Estados e Municípios para organização das ações de promoção da alimentação saudável em nível local. Para o ano de 2008, estão previstas como metas a intensificação do cuidado ao portador de obesidade e a implantação das ações de educação alimentar e nutricional em 20% dos Municípios brasileiros.

Por sua vez, a vigilância nutricional realizada pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) permitiu, em 2007, o acompanhamento individual das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família. Até julho de 2007, 4,4 milhões de famílias, 42% do total, foram acompanhadas, sendo que três milhões com avaliação nutricional registrada no Sistema. Em 2008, a meta é cobrir toda a população infantil e ampliar para 40% a cobertura da população acima de 20 anos de idade.

### **a.4) Hipertensão e Diabetes**

Para atender os portadores de hipertensão e diabetes, o SUS desenvolve em todo o País, por meio da atuação das equipes de Saúde da Família, um conjunto de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento desses agravos, de seus fatores de risco e de suas complicações. Tais ações incluem a garantia do acesso aos medicamentos necessários. Atualmente, estão cadastrados no sistema de informação HiperDia, 4,6 milhões de hipertensos e 1,6 milhão de diabéticos, distribuídos em 4.686 Municípios, proporcionando aos gestores e aos profissionais de saúde informações necessárias para o contínuo acompanhamento dos pacientes. Em 2008, uma das iniciativas prioritárias será a elaboração das diretrizes nacionais de educação em saúde no contexto da hipertensão e diabetes, visando a construção de uma rede de tutores e multiplicadores em âmbito nacional.

### **a.5) Saúde Mental**

O esforço de construção de uma rede de atenção à saúde mental em substituição ao modelo centrado na internação hospitalar, por um lado, e a fiscalização e redução progressiva e programada dos leitos psiquiátricos existentes, por outro, permitiram, nos últimos quatro anos, a construção de uma rede aberta composta por 1.153 Centros de Atenção Psicossocial e 479 Residências Terapêuticas, respaldada pela implantação do Programa de Volta para Casa, que beneficiou mais de 2.800 pessoas.

A ampliação da acessibilidade, no entanto, permanece como um desafio crucial para o período 2008-2011. A potencialização da rede básica, com foco na abordagem das situações próprias do segmento, é fundamental para o desenho de uma rede efetiva de atenção à saúde mental. Ampliar e qualificar os leitos em hospitais gerais para a atenção à saúde mental é também uma prioridade, para que se possa enfrentar esse desafio da acessibilidade.

#### **a.6) Saúde da Criança**

A área técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno visa a saúde integral desse ciclo da vida. O Pacto pela Vida e o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal nortearam as ações prioritárias da área em 2007. Com esse enfoque, foram realizadas diversas ações, em 2007, destacando-se o Seminário Nacional de Políticas Públicas de Aleitamento Materno, ocasião em que foram definidas, junto com os Estados, as ações de promoção do aleitamento materno para 2008; a implantação da Rede Norte-Nordeste de Saúde Perinatal; a implementação dos Comitês Municipais de Investigação do Óbito Infantil; a distribuição para todo o território nacional da Caderneta de Saúde da Criança – Passaporte da Cidadania; a ampliação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano, com o financiamento de cinco novos bancos; a capacitação de profissionais de saúde em atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso – Método Mãe Canguru; e as campanhas de promoção do aleitamento materno – Semana Mundial da Amamentação e Dia Nacional de Doação de Leite Humano. Para 2008, estão previstas várias ações que irão contribuir para que o quarto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (redução de 2/3 de mortes de crianças menores de cinco anos de idade, até 2015 seja alcançado).

#### **a.7) Saúde da Pessoa com Deficiência**

Constitui-se em umas das ações prioritárias do Governo apoiar Estados e Municípios na organização de ações e serviços de atenção à pessoa com deficiência, no âmbito do SUS. Conta-se atualmente com 790 unidades de saúde para atendimento especializado em reabilitação, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência mental. Os serviços de reabilitação física e saúde auditiva, em 2007, atingiram respectivamente 65% e 83% do total previsto para todas as Unidades da Federação.

Para 2008, está prevista a implantação integral da rede de serviços de saúde auditiva, totalizando 152 unidades. O SUS também conta com 411 serviços para reabilitação das pessoas com deficiência mental e autismo, e prevê, para o ano de 2008, a organização da rede de serviços em reabilitação visual. A meta para 2008 é beneficiar 750 mil pessoas com deficiência.

#### **a.8) Saúde do Idoso**

Em 2007, foram implantadas cinco milhões de cadernetas de saúde da pessoa idosa em todo o território nacional. Para o ano de 2008, planeja-se implantar mais sete milhões de cadernetas, atingindo assim 70% da população idosa usuária exclusiva do SUS. As questões sobre o envelhecimento humano fizeram parte da agenda de capacitações das equipes do Saúde da Família e, em 2008, serão distribuídos a todas essas equipes e unidades básicas de saúde 60 mil exemplares do Caderno de Atenção em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, totalizando 100% das Equipes e unidades básicas de saúde.

#### **b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade**

A atenção especializada de média e alta complexidade continua sendo objeto de atuação permanente do Governo. Em 2007, além do prosseguimento da atualização normativa, foram implementadas diversas ações específicas, conforme apresentação que se segue.

### b.1) Saúde Auditiva

Na implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, em 2007, foram executadas ações para a prevenção de doenças e de promoção da saúde auditiva na atenção básica, o atendimento no âmbito da média complexidade e o aprimoramento do atendimento de alta complexidade. Nesse período, foram habilitados 31 novos serviços, alcançando assim um total de 127 unidades que realizam o atendimento integral, compreendendo avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, o fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas. Para 2008, prevê-se a conclusão do processo de credenciamento/habilitação dos serviços, entre outras ações.

### b.2) Hospitais de Ensino

No âmbito do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino, foram certificados no exercício de 2007 dezessete novos hospitais nesta modalidade, contribuindo assim para a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. Dessa forma, já chega a 148 o número de hospitais certificados. Ainda em 2007, por intermédio dos Ministérios da Saúde e da Educação, o Governo reviu e aprimorou os critérios para a certificação dos hospitais de ensino.

### b.3) Hospitais de Pequeno Porte

No exercício de 2007 o número de hospitais integrantes da Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte (HPP) alcançou um total de 432 unidades hospitalares, distribuídos em 11 Estados. Dessa forma, para realizar os procedimentos de baixa complexidade, como atendimento pediátrico, obstétrico e odontológico, além de cirurgias clínicas, os Hospitais de Pequeno Porte passam a contar com um orçamento global, deixando de receber recursos financeiros após a prestação de contas de cada serviço realizado. O quadro a seguir apresenta a população atendida por Estado, até outubro de 2007.

Quadro 7 – Atendimento em HPP

UF	Hospitais de Pequeno Porte (HPPs)	População atendida
CE	64	913.983
PR	67	472.029
SE	22	405.285
PI	74	521.602
TO	25	197.101
PE	51	819.886
BA	32	462.445
RN	24	171.449
MG	17	139.802
MS	40	434.304
RO	16	153.957
<b>Total</b>	<b>432</b>	<b>4.691.843</b>

Fonte: CGHOSP/SAS/MS

Neste exercício planeja-se a ampliação do número de HPPs integrados à Política Nacional, a revisão dos critérios visando o aperfeiçoamento da Política Nacional e ampliação dos recursos para manutenção dessa Política, abrangendo custeio e investimentos.

#### **b.4) Terapia Intensiva**

Ao longo dos últimos cinco anos o Governo implementou uma série de ações relativas à Política de Terapia Intensiva, no contexto do SUS. Para se ter idéia, em 2003, havia 11.293 leitos de UTI destinados aos usuários do SUS credenciados, representando uma cobertura de 1,96% em relação à necessidade de leitos da população brasileira, quando o preconizado é, no mínimo, 4%. De 2003 a 2007 foram credenciados pelo Ministério da Saúde mais 4.326 leitos novos de UTI, além da reclassificação de mais 1.072 leitos do tipo I para o tipo II. Assim a cobertura de leitos de UTI alcançou o percentual de 8,94% do total de leitos existentes no País e de 2,48% para leitos existentes no SUS.

#### **b.5) Atenção às Urgências e às Emergências**

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192). Até novembro de 2007, foram 126 Serviços implantados, presentes em 1.037 Municípios de 26 Unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal, cobrindo uma população de 97 milhões de pessoas. Até 2007, foram adquiridos e distribuídos 2.158 ambulâncias, sete ambulanchas e 3.909 equipamentos. O Samu conta, também, com dois helicópteros e mais 14 ambulâncias de suporte básico de vida e cinco ambulâncias de suporte avançado de vida, operados em parceria com a Polícia Rodoviária Federal.

Em 2008, planeja-se a renovação da frota dos Samu habilitados nos últimos cinco anos, para os quais serão adquiridas 1.352 ambulâncias, a implantação de novos serviços, bem assim a aquisição e habilitação de dez helicópteros e sete ambulanchas. É prevista, igualmente, a implantação de 27 Núcleos de Educação em Urgência, um em cada capital de Estado e 136 Núcleos de Educação Permanente, sendo um em cada Samu habilitado.

#### **b.6) Transplantes**

Na área de transplantes, o País registrou uma queda significativa no número de captações e transplantes realizados. No primeiro semestre de 2007, foram realizados cerca de sete mil transplantes de órgãos e tecidos. Para reverter esse cenário, foram reativadas as Câmaras Técnicas Nacionais relativas a todos os órgãos e tecidos, incluindo a de coração, única que ainda não havia sido criada. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) tem cadastrados 500 mil doadores voluntários de medula óssea, e mais dois centros de transplantes foram autorizados para a realização de transplantes de não aparentados de medula óssea, aumentando de 10 para 12 o número de centros existentes.

#### **b.7) Sangue e Hemoderivados**

O Programa de Atenção aos Pacientes com Coagulopatias Hereditárias distribuiu, em 2007, aproximadamente 289 milhões de unidade internacional (UI) de hemoderivados, para atendimento de cerca de 11 mil pacientes. A perspectiva para 2008, no âmbito do Programa de Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias Hereditárias, é que sejam executados projetos que contemplem o apoio financeiro para realização de pesquisa com o procedimento de radiosinoviortese, proporcionando a reabilitação de pacientes com seqüelas articulares. Essas ações são respaldadas pela implementação de programas de qualidade externa em hemostasia em 31 laboratórios especializados.

A conclusão da Hemobrás, fábrica de hemoderivados, localizada em Goiana (PE), deverá ocorrer até 2010. Com a nova unidade, o Brasil busca atingir o domínio da tecnologia de fracionamento industrial do plasma e aumentar o grau de auto-suficiência em hemoderivados. O objetivo é atender a 100% da demanda do SUS por Fator IX, a partir do segundo ano de produção; a 30% da demanda por fator VIII, a partir do quinto ano de produção; a 100% da demanda da projetada para imunoglobina, a partir do quinto ano de produção; e 100% da demanda do SUS por albumina em 2015.

### **c) Assistência Farmacêutica**

A dispensação de medicamentos no SUS recebeu um importante reforço com a implantação do Programa Farmácia Popular do Brasil, para ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. Até 2007, eram 586 unidades em funcionamento, habilitadas em 255 Municípios de todas as Unidades da Federação. Apenas no referido exercício, foram implantadas 91 unidades, nas quais o usuário recebe atendimento personalizado, realizado por farmacêuticos e profissionais qualificados para orientar sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. O referido Programa promove a subvenção do preço de um grupo de 95 medicamentos. A lista de indicações contempla os medicamentos mais eficazes e seguros indicados para o tratamento das doenças mais prevalentes na população brasileira. Desde sua implantação, em 2004, já foram investidos R\$ 64 milhões em infra-estrutura para a implantação das farmácias e para o custeio das mesmas com R\$ 232 milhões, sendo que, em 2007, a implantação recebeu R\$ 13 milhões e a manutenção R\$ 173 milhões.

Além da disponibilização direta ao público, foi inserido no Programa o sistema de co-pagamento, em que as farmácias privadas passaram a vender um elenco de 13 medicamentos, voltados principalmente para a população idosa e as mulheres que buscam evitar a gravidez não planejada. Atualmente, são 4.832 farmácias cadastradas em todo o Brasil, atendendo um total de 12,5 milhões de pessoas.

### **d) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos**

Nos últimos anos, têm sido colocados novos desafios no controle de doenças transmissíveis, mais recentemente pelo risco de ocorrência de uma pandemia de influenza. Para enfrentamento desse desafio, o MS elaborou um plano de preparação para uma pandemia de influenza, em operação desde 2005. Esse plano vem sendo regularmente gerenciado por um Grupo Executivo Interministerial (GEI).

Em 2008, estão previstas, entre outras ações, a realização de reunião nacional de avaliação e atualização da vigilância de Influenza e a preparação para a pandemia; a realização de seminário sobre Influenza e plano de manutenção de serviços essenciais e estratégicos para a população; a assessoria na elaboração de planos de preparação para a pandemia nas empresas; a supervisão da vigilância da Influenza, assessoria aos planos estaduais, investigação de surtos e implantação da vigilância em sítios de aves migratórias e regiões de fronteiras; e a realização de simulações e finalização da 4ª versão do Plano Brasileiro de Preparação para a Pandemia.

Tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços de saúde pública para detectar e intervir rapidamente em eventos de saúde que podem se disseminar ou se propagar pelo território nacional, desde 2006 encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs). Esse Centro funciona ininterruptamente e monitorou, em 2007, aproximadamente 191 emergências de saúde pública de relevância nacional, com um total de 238.351 pessoas afetadas. O Governo, por intermédio do Ministério da Saúde, ampliou essa capacidade para os Estados, com a constituição de uma Rede

Nacional de Alerta e Resposta às emergências de saúde pública, com a aquisição e distribuição de equipamentos e viabilização de apoio técnico para implementação de unidades locais. Em 2007, foram implementadas 10 unidades, que compõem a rede Cievs. Para 2008, está prevista a ampliação da constituição da rede Cievs com a implementação de unidades em mais 17 Estados, abrangendo, dessa forma, todo o País.

Entre as questões de saúde pública com enfoque prioritário por parte do Governo, destacam-se as doenças transmissíveis e doenças e agravos não transmissíveis. No período de janeiro a setembro de 2007, registrou-se 359.045 casos de malária, o que representa uma redução de 15% na incidência da doença, se comparado com o mesmo período de 2006, no qual foram registrados 422.278 casos. É importante destacar que sete dos nove Estados da Amazônia Legal apresentam redução no número de ocorrências. Em todos, houve diminuição no número de internações, correspondendo a 39,1% na região, quando comparado com o mesmo período de 2006. Já em relação à dengue, no período de janeiro a outubro de 2007, foram registrados 510.117 casos de dengue clássica, 1.191 casos de febre hemorrágica da dengue e a ocorrência de 136 óbitos. Ao se comparar com o ano de 2006, observa-se um aumento de 184.883 casos de dengue no País. Esse aumento deu-se, principalmente, em virtude da ocorrência de epidemias nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda em 2007, foi adotada uma série de medidas para combater essa doença, como a distribuição de 380 mil protocolos “Dengue diagnóstico e manejo clínico – adulto e criança”; a confecção de 300 mil CDs interativos sobre a Atenção ao Paciente com Dengue; a elaboração de Manual de Capacitação para Profissionais de Enfermagem; o Levantamento Rápido de Índice de Infestação por *Aedes aegypti* – LIRAA, em 164 Municípios prioritários, para identificar as áreas de maior risco e direcionar a intensificação das ações de controle; a elaboração do Plano de Regiões Metropolitanas: Belo Horizonte, Belém, Manaus, São Paulo; a realização do IV Curso Internacional de Gestão Integrada de Prevenção e Controle da Dengue; a realização do Dia Nacional de Mobilização, no mês de novembro; e a elaboração de campanha de mídia regionalizada, a partir de uma pesquisa de opinião realizada junto a população brasileira.

Em 2008, o Governo implementará uma série de ações para reverter esse cenário, destacando-se as medidas para reduzir os óbitos por dengue no País, sendo essa a prioridade do programa. As principais ações previstas são o apoio para a implantação de Planos de Contingência de atenção aos pacientes nos Municípios prioritários; o incremento da implantação das ações de controle em regiões metropolitanas; a ampliação das parcerias com o terceiro setor, com vistas a continuidade das ações de mobilização da população; a continuidade das campanhas de mídia regionalizadas; a realização da LIRAA Nacional em 171 Municípios prioritários; a introdução de novos larvicidas nas atividades de controle vetorial; o aprofundamento da integração com a atenção básica, priorizando os aglomerados de Municípios de importância epidemiológica; e a implantação de Unidades Sentinelas para monitoramento viral em áreas estratégicas.

A hanseníase é uma doença endêmica que tem apresentado redução significativa na prevalência de portadores em tratamento, de 16,4 por 10 mil habitantes, em 1985, para 2,19, em 2006. Da mesma forma, observa-se importante redução do percentual de casos diagnosticados que apresentam alguma deformidade física pela doença (de 15%, em 1985, para 5,6%, em 2006). Esse resultado permite trabalhar com a meta de redução de casos novos em menores de 15 anos de idade, apontando-se para um futuro sem crianças com hanseníase no Brasil. Ressalta-se ainda o resgate de cidadania dos pacientes que foram isolados compulsoriamente no passado, que passaram a ter direito de indenização, em 2007.

O Governo continua trabalhando para o controle da tuberculose. Em 2006, foram notificados 76.241 casos novos, o que representa uma redução de 3,4% ao ano, desde 1999. Cabe registrar a expansão do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) na rede SUS, em 2006, passando de 51% para 68,8% a sua cobertura. Até outubro de 2007, foram 4,8 mil serviços de

saúde, fornecendo medicação para tuberculose nos Municípios prioritários, adotando a estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Por meio do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST / Aids) mais de 180 mil pessoas, até novembro de 2007, tiveram acesso ao tratamento com os medicamentos anti-retrovirais (ARV). O licenciamento compulsório do Efavirenz e as negociações de preços dos demais medicamentos anti-retrovirais possibilitaram, ainda em 2007, uma redução de mais de R\$ 150 milhões nos gastos, garantindo a sustentabilidade da política de acesso universal a esses medicamentos e a incorporação de novas terapias. Ressalta-se também as medidas implementadas para a redução da transmissão vertical do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da sífilis, pactuadas com todas as instâncias de Governo e que possibilitarão a redução desses casos entre crianças.

Também no âmbito da prevenção houve avanços em 2007, tais como: o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que atingiu 400 Municípios e capacitou três mil profissionais das áreas da saúde e educação, bem como as ações de promoção dos direitos humanos no enfrentamento do estigma, preconceito e homofobia, como formas de reduzir a vulnerabilidade da população ao HIV e à Aids, principalmente junto a profissionais do sexo, usuários de drogas, travestis, transexuais e homossexuais. Além disso, a aquisição de um bilhão de preservativos masculinos e o início das operações da fábrica de preservativos em Xapuri, no Estado do Acre, viabilizam a ampliação das ações de prevenção do HIV/Aids e outras DSTs no País.

Entre as prioridades para 2008, além da manutenção e ampliação das ações em andamento, destacam-se a promoção da qualidade de vida e inclusão social das pessoas vivendo com HIV/Aids, com enfoque na implementação de ações de prevenção, tratamento e direitos humanos; a ampliação da capacidade nacional para a produção de medicamentos anti-retrovirais, aquisição de insumos de prevenção e laboratoriais; e o fortalecimento da gestão e qualidade dos processos que estruturam a governança para o enfrentamento das DST e HIV/Aids, com ênfase na transparência, controle social, responsabilidade na gestão e no investimento em saúde.

Por seu lado, o Programa Nacional para o Controle e Prevenção das Hepatites Virais, em convênio com a Universidade de Pernambuco, concluiu o inquérito de prevalência e fatores de risco para as hepatites A, B e C nas capitais das regiões Sul e Sudeste, a partir do qual será mais bem conhecida a real magnitude dessas infecções, subsidiando a decisão quanto a medidas de prevenção, controle e tratamento. No campo da prevenção, o Governo tem investido na melhoria da cobertura vacinal com a vacina contra hepatite B.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) totalizou investimento aproximado de R\$ 700 milhões no ano de 2007, com a aquisição de imunobiológicos (soros e vacinas) colocados à disposição da população brasileira na rede de serviços de saúde e nas campanhas de vacinação. Em relação às campanhas de vacinação contra a poliomielite, em 2007, dados consolidados do PNI indicam que, na primeira etapa foram vacinadas 16,4 milhões de crianças menores de cinco anos de idade, representando uma cobertura de 93,0%, e na segunda etapa, 16,2 milhões, alcançando uma cobertura de 92,5%. O Ministério da Saúde investiu em torno de R\$ 40 milhões na compra de vacinas, na divulgação e no repasse de recursos para Estados e Municípios.

Já a campanha de vacinação do idoso, realizada entre abril e maio de 2007, alcançou uma cobertura de 86,7% dos maiores de 60 anos de idade (13 milhões). Em 97% dos Municípios (5.407), foi superada a meta recomendada pela OMS, que é de 70% do grupo alvo. Nessa campanha, o investimento foi de R\$ 140 milhões para aquisição de vacinas e para apoiar os Estados e Municípios na execução das atividades.

No ano de 2008, além da manutenção da imunização em campanha ou rotina, buscando-se alcançar as coberturas vacinais adequadas em, pelo menos 70% dos Municípios, está prevista uma campanha de vacinação contra rubéola na população até 39 anos de idade, com o objetivo de interromper a disseminação da doença no País e alcançar a sua eliminação até o ano de 2010, especialmente da síndrome da rubéola congênita. Visando alcançar auto-suficiência na produção nacional de vacinas e ampliar a oferta de imunobiológicos à população, o Governo continuará investindo em 2008 no parque produtor nacional e apoiando os processos de incorporação tecnológica.

Em relação às doenças e agravos não transmissíveis, entre as atividades realizadas em 2007, merece destaque a implantação do sistema de vigilância de violências e acidentes em seus dois componentes (o da vigilância nos hospitais de urgências, em 38 Municípios dos 27 Estados e o da notificação das violências interpessoais), com a realização de vários cursos. Para 2008, entre outras iniciativas, pretende-se aprimorar o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Nascidos Vivos (Sinasc), ampliando a cobertura e tornando esses Sistemas mais ágeis, o que favorecerá a capacidade de resposta.

#### e) Vigilância Sanitária

No exercício de 2007, foram realizadas cerca de 27 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária, bem assim mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados. Registre-se também, no mesmo ano, a proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos, a avaliação dos preços para a entrada no mercado de aproximadamente duas mil novas apresentações e medicamentos novos, além de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam para o Brasil, nivelando-as ao padrão de qualidade nacional.

Com relação ao processo de regulamentação em vigilância sanitária, a publicação de duas resoluções que causaram grande impacto no setor de medicamentos. Uma delas permitiu o registro de contraceptivos orais e hormônios endógenos como medicamentos genéricos, contribuindo para a ampliação do acesso da população a esse tipo de produto. A outra aperfeiçoou o controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas, visando à redução do uso indevido destas drogas.

Entre os desafios a serem enfrentados a partir de 2008 no âmbito da vigilância sanitária, destacam-se a implementação de ações específicas para a promoção da qualidade dos hospitais com assistência ao parto e ao nascimento, em particular aqueles que estão mal avaliados no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (Pnass); a reestruturação da rede de laboratórios do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; a consolidação e ampliação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC); a ampliação da oferta de medicamentos genéricos e fracionados; e a regulamentação da propaganda de alimentos divulgados ao público infantil, dos teores de sal e gordura em produtos industrializados e da propaganda de bebidas alcoólicas.

#### f) Saúde Suplementar

O mercado de planos privados de assistência à saúde apresentava, em dezembro de 2006, cerca de 45 milhões de vínculos de beneficiários. No ano de 2007, avanços significativos foram realizados na perspectiva de garantir aos beneficiários do setor assistência integral à saúde e o pleno exercício de cidadania, tais como a implantação do padrão de troca de informações entre operadoras e prestadores; a divulgação dos resultados do Programa de Qualificação das Operadoras, que avaliou 92% de agentes do setor; o estímulo à promoção de saúde e à prevenção de doenças, mediante a realização de seminários e distribuição de manuais técnicos; a

implementação do novo enfoque da fiscalização, introduzindo a intermediação de conflitos entre operadoras e beneficiários e a maior autonomia dos núcleos regionais de atendimento e fiscalização. Acrescem-se, ainda, a construção de parcerias em trabalhos técnico-científicos com centros colaboradores e a definição de regras que ampliam a segurança na transferência de carteiras.

Para o ano de 2008, as principais metas e ações foram elaboradas sob a perspectiva da produção de saúde com qualidade e segurança, contemplando o incentivo à mudança do modelo técnico-assistencial das operadoras; o monitoramento dos processos assistenciais (monitoramento da rede assistencial); a realização de avaliação de tecnologias em saúde (ATS) prévia à incorporação de novos procedimentos; o aumento da interface com beneficiários, órgãos de defesa do consumidor, ONGs, sindicatos, prestadores e, principalmente, com gestores do SUS, visando a redução da assimetria de informação e maior participação social. Nesse sentido, pretende-se promover a qualidade da assistência prestada, garantir a sustentabilidade do mercado de saúde suplementar e avançar no estímulo à concorrência e no atendimento das necessidades do beneficiário, com a efetiva regulação do setor.

#### **g) Apoio a Fundos de Saúde**

O Fundo Nacional de Saúde (FNS) prestou apoio a 776 Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, que aderiram à ação de cooperação técnica mantida pelo Ministério da Saúde, desde 2006, com vistas ao desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil dos Fundos de Saúde. Para 2008, a meta é conquistar a adesão de 452 novos Fundos de Saúde e fomentar a realização das ações de melhoria já pactuadas. Entre as ações realizadas, em 2007, destaca-se a capacitação de 1.024 gestores e técnicos que atuam na área de gestão orçamentária, financeira e contábil, por meio de ensino a distância, estando previsto, para 2008, o atendimento de 1.200 novos profissionais.

#### **h) Auditoria, Controle, Ouvidoria e Participação Popular**

Em continuidade ao processo de descentralização da ouvidoria pública em Saúde, em 2007, foram contemplados 10 Estados, nove capitais e nove Municípios estratégicos para estruturar esta rede de ouvidoria. No que tange aos processos de trabalho pertinentes à esfera federal, no citado exercício, foram realizados por meio do disque-saúde cerca de 12 milhões de atendimentos.

No que se refere a auditorias, em 2007, foram encerradas 635, totalizando 1890 unidades auditadas, e iniciadas cerca de mil novas ações. A auditoria normatizou, desenvolveu recursos humanos e cooperou tecnicamente, concretizando a implementação dos componentes do Sistema Nacional de Auditoria (SNA).

No âmbito da promoção de conferências e eventos na área de saúde para a consolidação da Reforma Sanitária, realizou-se, em 2007, a 13ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), com etapas municipais e estaduais, num total de 4.313 conferências municipais e 27 estaduais, contando com uma participação de cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas, nas quais foram propostas novas diretrizes para a política de saúde nos próximos anos.

Ainda no exercício passado, para a formação e educação permanente de agentes sociais que atuam no controle social em saúde, foram capacitados 20 mil agentes e conselheiros de saúde e financiados 36 projetos voltados para a educação popular em saúde, com o reconhecimento de movimentos populares e de práticas populares de atenção e cuidados à saúde, inclusive com a capacitação de cerca de 42 mil lideranças.

Quanto ao fortalecimento do controle social e a gestão participativa, no período de 2004/2007, destacam-se a organização de 27 Conselhos Estaduais de Saúde; o financiamento de 75 projetos de formação de atores para o controle social; e o cadastramento, no Sistema de Informação sobre Conselhos de Saúde, de 55.732 conselheiros e 4.069 conselhos municipais.

Para 2008, está prevista a continuidade das ações dirigidas à qualificação da gestão participativa, compreendendo o apoio aos conselhos de saúde, às conferências de saúde e os movimentos sociais que atuam no campo da saúde, com vistas ao seu fortalecimento, para que possam exercer plenamente os seus papéis; o apoio ao processo de formação dos conselheiros; o estímulo à participação dos cidadãos nos serviços de saúde; o apoio aos processos de educação popular em saúde, para ampliar e qualificar a participação social no SUS; o apoio à implantação e implementação de ouvidorias nos Estados e Municípios, com vistas ao fortalecimento da gestão estratégica do SUS; incentivo ao processo de mobilização social e institucional em defesa do SUS e na discussão do Pacto pela Saúde; a promoção dos sistemas de auditoria estaduais e municipais e o às ações de monitoramento e avaliação da gestão do SUS.

## 6. Políticas Afirmativas

### a) Igualdade Racial

A política de ação afirmativa para a promoção da igualdade racial foi consolidada pelo Governo como uma política de Estado, por meio da criação de estruturas como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR); da definição de políticas e programas como a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, do Programa Brasil Quilombola e da Agenda Social Quilombola e do processo de participação social assegurado com a realização, em 2005, da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). Na esfera normativa a Lei nº 10.639, de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira no sistema de ensino fundamental e médio, nos estabelecimentos públicos e particulares e o Decreto nº 4.887, de 2003, que definiu os procedimentos para a regularização fundiária das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos, merecem destaque.

A essa perspectiva se somam diversas iniciativas que ainda se encontram em processo de consolidação, como a política de cotas no ensino superior – implementada em diversas instituições de ensino superior, mas que aguarda a aprovação de seu marco legal, o Projeto de Lei nº 3.627 / 2004, de iniciativa do Executivo, ora sob análise do Congresso Nacional.

A partir de 2003, o Governo vem garantindo a crescente incorporação do recorte da igualdade racial nas políticas setoriais. Na Educação, além da adoção do sistema de cotas em instituições públicas de ensino superior, os mencionados Prouni e o Fies vêm garantindo a oferta de financiamento e bolsas para assegurar a permanência dos estudantes afrodescendentes de baixa renda nas universidades particulares. A Política Nacional de Saúde da População Negra, com ações estratégicas voltadas para soropositivos, pacientes acometidos de patologias falciformes, além de iniciativas específicas de atenção à saúde da população negra no SUS, bem como de aprimoramento da coleta e divulgação de dados e informações que levam em consideração o recorte racial, garantem a observação do viés racial na formulação e na implementação das políticas de atenção à saúde.

No campo do trabalho, o Governo iniciou o desenvolvimento de uma política de qualificação social e profissional para o trabalho doméstico por intermédio do Projeto Trabalho Doméstico Cidadão (TDC), que visa a qualificação social e profissional de

trabalhadores domésticos, ao mesmo tempo que promove a elevação do nível de escolaridade desses profissionais no âmbito da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Em outra iniciativa, o Projeto Dandara “Oportunidade em Ação”, realizado pelo Governo por intermédio da SEPPPIR em parceria com o Ministério da Justiça, tem por objetivo oferecer oportunidades para a ressocialização/reintegração de jovens e adolescentes, por meio de sua inclusão, participação e acesso a bens e serviços públicos, visando o fortalecimento da família, da comunidade e a promoção da cidadania.

#### **a.1) Programa Brasil Quilombola**

Em 2007, o Governo manteve a política de empenhar esforços a fim de garantir o cumprimento do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reconhecendo às comunidades quilombolas o direito à propriedade das terras que tradicionalmente ocupam. Longe de representar uma mera política de titulação de terras, empenhou-se em articular o processo de regularização fundiária com políticas públicas que assegurem a essas comunidades o respeito a seus direitos sociais e culturais. Foram obtidos avanços importantes no âmbito do Programa Brasil Quilombola, ampliando os direitos de cidadania desse segmento populacional, considerando as metas estabelecidas na Agenda Social Quilombola. A ampliação dos estudos para regularização fundiária dos territórios quilombolas, a chegada de eletricidade, o incremento de recursos para a saúde e o investimento em educação e infra-estrutura, marcaram a atuação governamental nessa área em 2007. A execução dessa política incorpora a participação direta das lideranças quilombolas em diversos fóruns institucionais.

Atualmente há 590 territórios em processo de regularização. Os territórios já titulados conferem a 2.187 famílias de remanescentes de quilombos o direito de posse e domínio sobre a terra. Outras 8.396 famílias já têm as áreas de suas terras reconhecidas em estudos concluídos e publicados, até 2007, pelo Incra. Por sua vez, o Programa Luz para Todos, que já proporcionou a instalação de energia elétrica em 367 comunidades, beneficiando 9.142 famílias, chegará, até 2008, a 22.650 famílias, em 969 comunidades.

Entre as ações para viabilização do desenvolvimento sustentável, foram aprovados dezessete projetos, dirigidos à promoção do etnodesenvolvimento, abarcando ações de assistência técnica, capacitação, incentivo ao associativismo e à comercialização, que beneficiam 95 comunidades remanescentes de quilombos, em 13 Estados. Para 2008, os principais desafios serão o reconhecimento oficial do público-alvo do Programa Brasil Quilombola; a ampliação dos investimentos em infra-estrutura, englobando saneamento básico, a construção de estradas, pontes, unidades habitacionais e Centros de Referência Quilombola; a erradicação do analfabetismo; e a consolidação do Programa Saúde da Família nessas comunidades.

#### **b) Igualdade de Gênero**

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004 e com vigência até o final de 2007, consolidou a atuação intragovernamental, no âmbito da União, no que diz respeito às políticas de gênero e para as mulheres. Sua implementação e resultados foram avaliados na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), realizada em 2007, por mais de 2,5 mil delegadas representantes dos poderes executivos das três esferas da Federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada.

A partir das discussões ocorridas na II CNPM, foram aprovadas seis novas áreas de atuação estratégicas que deverão se somar às já existentes no atual Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As novas áreas são a participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder; o desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; o direito das mulheres à terra e moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais; a cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas, não-discriminatórias, não-sexistas, anti-racistas, não-lesbofóbicas e não-homofóbicas; o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e o enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens e idosas em suas especificidades e diversidades.

Uma das prioridades do Governo para o primeiro trimestre de 2008 é, portanto, a elaboração e o lançamento do II Plano Nacional, a partir das deliberações da II CNPM e das conclusões propostas em cada capítulo pelos ministérios e secretarias executores das políticas e ações do I PNPM, nos últimos três anos. Para ampliar o alcance do II Plano, definiu-se como principal estratégia o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, conforme recomendação da totalidade das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres. A II CNPM e a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 foram oportunidades para que sociedade e Governo pudessem, juntos, analisar avanços, desafios e perspectivas para a política de igualdade de gênero e de promoção da autonomia das mulheres.

Como resultado desse esforço, foi enunciado como o 4º objetivo estratégico de Governo para o Plano Plurianual 2008-2011: “Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”.

#### **b.1) Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**

Uma das principais linhas de atuação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres refere-se à ampliação dos serviços especializados de atendimento à mulher. O País conta atualmente com 403 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 99 Centros de Referência de Atendimento à Mulher, 65 Casas Abrigo, 15 Defensorias Públicas da Mulher, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, a Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), além de Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Em relação a 2003, tem-se um aumento de 50% no número de casas abrigo existentes e de aproximadamente 170% dos Centros de Referência, além da mencionada Central, que só passou a estar disponível para a população em 2005, e das Defensorias Especializadas, que começaram a ser criadas a partir de 2004.

Com o objetivo de monitorar a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11340, de 2006) e de buscar suprir a lacuna quanto à ausência de dados e estatísticas sistemáticas sobre a violência contra as mulheres, foi constituído, em maio de 2007, o Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha. Contando com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), o Observatório é formado por um consórcio de 12 entidades com diferentes responsabilidades e papéis, entre organizações não-governamentais e instituições acadêmicas das cinco regiões do País.

A consolidação do observatório viabilizará a construção de um Sistema Nacional de Informações sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, o que representará um importante instrumento para a implementação da mencionada Política.

Em 2007, foi realizada a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, que teve como foco o primeiro ano da promulgação da Lei Maria da Penha. Com o *slogan* “Está na Lei! Exija seus Direitos: Lei Maria da Penha”, a Campanha foi lançada com o objetivo de estimular as denúncias de violência doméstica, a partir da divulgação e da apresentação, de forma didática, da referida lei.

Uma das ações consistiu na distribuição de 600 mil folhetos informativos sobre a Lei Maria da Penha, em 150 postos da BR Distribuidora, localizados em 15 capitais brasileiras e regiões metropolitanas. Os panfletos traziam informações sobre a violência doméstica e familiar, ressaltavam a conquista que representou a promulgação da mencionada lei e divulgavam o telefone da Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180. A distribuição dos panfletos seguiu até o dia 10 de dezembro de 2007, tendo sido, também, veiculados *spots*, gravados por artistas nacionais, com orientações sobre essa lei.

Outro importante projeto desenvolvido pelo Governo, por intermédio da SPM, em 2007, na linha da prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, foi o programa Siga Bem Mulher, ação que integra a Caravana Siga Bem Caminhoneiro. Esse programa leva informações sobre gênero e enfrentamento à violência contra a mulher a um universo de dois milhões de caminhoneiros do País, a partir de campanhas itinerantes que acompanham a referida Caravana em todo o território nacional. A citada Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, em operação desde novembro de 2005, tem por objetivo receber denúncias ou relatos de violência, reclamações sobre os serviços da rede e orientar sobre leis e direitos da mulher, encaminhando-as para os serviços adequados em casos de violência. O serviço funciona ininterruptamente, 24 horas por dia, todos os dias da semana, e a ligação é gratuita. Ao longo de 2007, foram efetuados quase 200 mil atendimentos a mulheres de todo o País, sendo que 57,4% referiam-se a encaminhamento a serviços da rede. A prestação de informações e orientações sobre violência doméstica e familiar e direitos da mulher respondeu por cerca de um terço dos atendimentos realizados, enquanto pouco mais de 10% foram relatos de violência não acompanhados de outras solicitações. O 1% restante diz respeito a registros de reclamações sobre serviços da rede ou elogios e sugestões.

Também em 2007, o Governo lançou, na abertura da II CNPM, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que reúne ações a serem executadas nos próximos anos, com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. O Pacto se caracteriza pela atuação para garantir a redução dos índices de violência não somente por meio da repressão, mas também da prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos daquelas em situação de violência e da promoção de uma mudança cultural que dissemine atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito à diversidade e à paz. Para atingir seus objetivos, as ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e Implementação da Lei Maria da Penha; a Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; o combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e a promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão. Importante destacar que, o Pacto incorporou o princípio da equidade e, dessa forma, será conferida atenção especial às mulheres rurais, negras e indígenas, em função das especificidades de cada grupo, da discriminação a que estão submetidas e em virtude de sua maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, é importante destacar a instituição do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Com o objetivo de formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade dessas mulheres, o Fórum responde a uma das demandas emanadas da 3ª edição da Marcha das Margaridas, que ocorreu em agosto de 2007 e reuniu mais de 30 mil mulheres na capital federal.

## **b.2) Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho**

A atuação governamental nessa área foi redefinida em 2007, com vistas a uma intervenção mais efetiva a partir do apoio a projetos estruturantes e de maior impacto. Nesse sentido, cabe destacar o desenvolvimento do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que tem como objetivo estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. O Programa foi implantado, em 2007, a partir de diagnósticos realizados

nos Municípios, inicialmente no Estado do Rio de Janeiro. Foram desenvolvidas ações de mobilização, sensibilização, capacitação e assistência técnica junto às mulheres para possibilitar a criação e a sustentação dos negócios.

Nesta primeira etapa, o Programa está sendo desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), o Sebrae/RJ, a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW/RJ) e a Associação para o Desenvolvimento da Mulher do Rio de Janeiro (BM/RJ). Para 2008, está prevista a implementação do Programa nos Estados da Paraíba e Santa Catarina, além do Distrito Federal.

Também merece destaque a segunda edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, que tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Ao final de 2008, as empresas que aderiram ao Programa em 2007 e que conseguiram cumprir todas as etapas do plano de ação serão contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero. As prioridades desse Programa para 2008 incluem o desenvolvimento de novas ações, como a construção de um Banco de Boas Práticas, que reúne experiências exitosas de promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho; a realização dos cursos “Gênero, Emprego e Organização” e “Guia de Método de Avaliação de Postos de Trabalho sem Desigualdade de Gênero”, com o objetivo de fortalecer a consciência crítica sobre as condições históricas e culturais geradoras da desigualdade salarial entre homens e mulheres, e definir parâmetros para a criação dos comitês paritários de avaliação de postos e equidade salarial; e a publicação da Coletânea Programa Pró-Equidade de Gênero, que inclui um Guia de Avaliação de Postos de Trabalho.

Por meio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), foram realizados, até o mês de novembro de 2007, 187 mutirões itinerantes em 267 Municípios, nos quais foram emitidos 139.373 documentos, beneficiando mais de 45 mil trabalhadoras rurais. Também foram adquiridas duas unidades móveis, em ação conjunta com os Governos Estaduais do Pará e do Piauí que intensificarão as ações do Programa. Uma das prioridades desse Programa continua sendo o fortalecimento da organização produtiva das mulheres rurais e a ampliação de sua participação nas cadeias produtivas. Para tanto foram viabilizados, em 2007, dezessete projetos de assistência técnica e extensão rural setorial, voltada para as mulheres rurais, além de outros treze projetos para a qualificação técnica da gestão e das ações de comercialização e a valorização dos princípios da econômica solidária e feminista.

### **b.3) Educação, Ciência e Cultura**

Na área da educação, em 2007, foi realizada a avaliação do Programa Gênero e Diversidade na Escola, para identificar ajustes a serem realizados no conteúdo e na metodologia. Neste exercício, a meta é capacitar mais de 30 mil profissionais da educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual.

Vale destacar também, no exercício passado, o lançamento da terceira edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que é parte do Programa Mulher e Ciência, desenvolvido em parceria com o MEC, CNPq e Unifem, instituído com o objetivo de valorizar as pesquisas realizadas e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos. O Prêmio é composto por um concurso de redação para estudantes do ensino médio e de artigos científicos para estudantes de graduação e graduados. Os vencedores da categoria de ensino médio recebem equipamentos de informática e bolsas de iniciação científica júnior e os autores dos melhores artigos científicos da graduação e de graduados são premiados com prêmios em dinheiro e bolsas de iniciação científica ou de mestrado ou doutorado.

Para 2008, a perspectiva, como mais um desdobramento do Programa Mulher e Ciência, é realizar o Programa Mulheres em

Ciências de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica, por meio da SPM e da Capes, com os objetivos de incentivar a criação, fortalecimento e/ou ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* voltados para os estudos de gênero, mulheres e feminismos e a incorporação das perspectivas de gênero nas análises das diversas áreas disciplinares; estimular o ensino e a produção de pesquisas científicas e tecnológicas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos; e apoiar a formação de recursos humanos pós-graduados nesse campo, especialmente os voltados para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

#### **b.4) Estudos e Pesquisas**

Considerando a necessidade de monitorar e avaliar as demandas de informações estatísticas sobre gênero e uso do tempo será instituído, em 2008, o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, que integrará a estrutura formal do IBGE. O Comitê terá como objetivo incidir nas diferentes pesquisas desenvolvidas pelo Instituto, elaborar proposta de pesquisa de uso do tempo, discutir a inserção do recorte de gênero no próximo Censo Demográfico (2010) e estimular a produção de indicadores e informações qualificadas sobre a situação da mulher no Brasil, na perspectiva das relações de gênero.

Cabe destacar, ainda neste exercício, na área de estudos e pesquisas a realização da primeira Pesquisa Nacional de Vitimização com abordagens específicas sobre o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres. Fruto da parceria entre o Ministério da Justiça e o IBGE, a pesquisa apresentará dados mais consistentes na área de segurança, fornecendo subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas efetivas.

#### **b.5) Saúde**

No campo da saúde, o Governo lançou, em maio de 2007, a Política Nacional de Planejamento Familiar, que tem como objetivo reduzir o número de abortos clandestinos no País e os casos de gravidez indesejada. Para tanto, estão previstas, entre suas ações, a liberação do teto de pagamento da vasectomia e a oferta de anticoncepcionais (pílulas e injetáveis) em farmácias e drogarias credenciadas no Programa Farmácia Popular do Brasil.

Na mesma direção, será ampliada a divulgação de informações sobre os anticoncepcionais por meio de uma campanha de veiculação contínua e a distribuição de material educativo sobre todos os métodos anticonceptivos atualmente disponíveis.

É importante ressaltar que o objetivo do Governo ao lançar uma Política dessa natureza não é realizar controle de natalidade, mas garantir os direitos sexuais e reprodutivos dos indivíduos, assegurando a cada cidadão e a cada cidadã, o direito de decidir se quer ter filhos, quantos quer ter e com que intervalo temporal. O anúncio do lançamento da Política ocorreu no Dia Internacional da Saúde da Mulher, durante a 6ª Reunião Plenária da Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. O referido Pacto tem por objetivo articular os atores sociais que, historicamente, mobilizam-se em torno da luta pela redução dos elevados índices de mortalidade materna e neonatal. Tem sido reconhecido como uma estratégia inovadora de mobilização social para o alcance dos índices considerados aceitáveis pela OMS e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A redução desses índices é um grande desafio para o Governo e a sociedade, porque essas mortes são evitáveis e atingem populações com menor acesso a bens sociais. Todos os 26 Estados e o Distrito Federal aderiram ao Pacto e, assim, entre 2003 e 2006, foram evitadas 232 mortes maternas e 5.920 mortes neonatais.

#### **c) Povos Indígenas**

Atualmente, a população indígena brasileira, habitante de terras reconhecidas ou em processo de reconhecimento, é de 565 mil

pessoas, segundo recente levantamento realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Esse dado confirma a tendência de crescimento da população indígena acima da média nacional, tomando-se por base o número de 351 mil indígenas recenseadas pelo IBGE, em 2000. Entretanto, esse resultado não pode ser atribuído exclusivamente ao crescimento vegetativo da população. Especialistas apontam o aumento significativo de comunidades que assumiram sua condição indígena, após séculos de negação, como outro fator que vem contribuindo para o rápido crescimento desse segmento da população brasileira. A auto-afirmação de uma condição étnica diferenciada responde à melhoria das políticas de valorização cultural e de inclusão social desenvolvidas tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Em relação ao plano internacional, cabe destacar a aprovação pela ONU da Declaração Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em setembro de 2007. A Declaração da ONU é resultado de mais de 15 anos de debates e negociações, com destacada e importante participação do Brasil, e representa, segundo seu artigo 43, “as normas mínimas para a sobrevivência, a dignidade e o bem-estar dos povos indígenas do mundo”.

O grande marco da política indigenista governamental, em 2007, foi a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), órgão colegiado, de composição paritária por órgãos do Governo e das representações Indígenas. Criada no âmbito do Ministério da Justiça, em março de 2006, e presidida pelo Presidente da Funai, é a instância de diálogo que possibilitará a elaboração do anteprojeto de lei para a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista e a proposição de diretrizes, instrumentos, normas e prioridades das políticas públicas para os povos indígenas.

Uma outra medida para que o Estado exerça satisfatoriamente seu papel junto aos povos indígenas é o fortalecimento da Funai. Ciente disso, o Governo iniciou, em 2007, a revisão da estrutura organizacional dessa autarquia além de outras medidas visando à reestruturação na área de recursos humanos.

Essas medidas visam conferir ao órgão indigenista maior capacidade de atuação frente aos crescentes e complexos desafios decorrentes do crescimento mais acelerado da economia e pelos investimentos necessários na infra-estrutura de produção do País, que em muitos casos afetam direta e indiretamente terras indígenas.

Um desses desafios consiste em dar respostas adequadas à crescente demanda por reconhecimento e regularização de terras indígenas. Com as medidas anteriormente elencadas, pretende-se acelerar significativamente esse processo, trabalho que foi intensificado, em 2007, entre outras ações, com a criação de vinte e três grupos técnicos de estudos de delimitação, primeira etapa para o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, conforme apresentado no quadro que se segue.

**Quadro 8 – Avanços na Regularização de Terras Indígenas em 2007**

Atos oficiais de regularização fundiária	Quantidade	Superfície (ha)
Constituição de Grupos Técnicos de delimitação	23	em estudo
Delimitação (Resumos publicados)	5	1.602.599
Declaradas (Portarias declaratórias publicadas)	17	735.861
Homologadas (Decretos de homologação editados)	8	989.447
Regularizadas (Registros em cartório efetivados)	15	2.719.923
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>6.047.830</b>

Fonte: Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF/Funai

Algumas ações estratégicas nessa área foram inseridas no PPA 2008-2011 e compõem a Agenda Social dos Povos Indígenas. Entre essas ações, destacam-se a área fundiária, na qual está prevista a realização de delimitações e demarcações em 127 terras, de indenizações e reassentamentos de 10 mil famílias de produtores rurais em situação irregular dentro das terras indígenas já demarcadas. Serão realizados, também, investimentos significativos no fomento às atividades produtivas dos índios e na proteção e recuperação ambiental de suas terras. Estão previstas, ainda, ações de valorização cultural como a implantação de 150 pontos de cultura em terras indígenas e a documentação e fortalecimento da prática de línguas ameaçadas de extinção.

No campo da saúde indígena, o Governo, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), promoveu ações de prevenção e controle de doenças e agravos em aldeias indígenas, com os objetivos de garantir o acesso da população indígena aos serviços de saúde e alcançar os mesmos indicadores da população não-indígena, mediante o fortalecimento da atenção básica nas aldeias. Para tanto, em 2007, destacaram-se ações como o mês de vacinação dos povos indígenas, ocorrido no período de 23 de abril a 25 de maio, que mobilizou 3.363 profissionais, entre os quais 1.761 agentes indígenas de saúde e de saneamento. A campanha alcançou a marca de 2.112 aldeias e 314 pólos-base, beneficiando mais de 162.080 pessoas. Esses resultados representam: um incremento, relativamente a 2006, de 10,7% nas doses de vacinas BCG contra a tuberculose, 52,6% de tetravalente (contra a difteria, tétano, coqueluche e doenças por hemófilo influenza tipo B) e 40,5% na cobertura de vacinas contra a poliomielite; e a estruturação da vigilância alimentar e nutricional dos povos indígenas, com a média mensal de 24.449 crianças acompanhadas na faixa etária de zero a quatro anos de idade. Em alguns Distritos Sanitários Especiais Indígenas, o percentual de crianças pesadas e acompanhadas foi superior a 80%; houve também a execução de obras em diversos estabelecimentos de saúde para os povos indígenas. Foram estruturados mais três pólos-base, seis casas de saúde indígena, 100 postos de saúde e 50 centros de saúde para as comunidades em todo País. Nesse exercício, procedeu-se também a ampliação de ações de saneamento em áreas indígenas, abrangendo um total de 484 aldeias em 183 Municípios, com investimento de R\$ 34 milhões.

## 7. Direitos Humanos

A mencionada inclusão do Brasil no rol dos países com maior IDH é, em grande parte, resultado dos esforços empreendidos pelo Governo e pela sociedade civil organizada na área de direitos humanos. Foi promovida uma maior integração entre os vários temas de direitos humanos, e reforçada a incorporação dessa perspectiva em diversas políticas setoriais. Na mesma linha, foi estimulada e concretizada a articulação com a sociedade civil organizada e consolidado o papel de destaque do Brasil na área de direitos humanos no cenário internacional.

No planejamento para este exercício, foram realizadas mudanças substanciais nos programas e ações relacionadas à promoção e defesa de direitos humanos. Destacam-se a criação dos programas Educação em Direitos Humanos e Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a integração das ações de proteção a vítimas, testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte no programa Proteção a Pessoas Ameaçadas, assim como a estruturação do Sistema Nacional de Informações em Direitos Humanos.

No tema Criança e Adolescente, o foco central é o contingente de crianças e adolescentes em situação de violência. Está programado um conjunto de ações, neste e nos dois próximos exercícios, que serão implementadas por diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta. Essas ações integram quatro grandes projetos: “Na Medida Certa”, que objetiva a implantação do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Sinase) para adolescentes em conflitos com a lei;

“Caminho de casa”, que visa garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que vivem em abrigos; “Bem-me-quer”, que é relacionado às diversas formas de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; e “Observatório Criança e Adolescente”, para o monitoramento de ações e a produção de informações relacionadas à faixa etária.

As ações de promoção e defesa de direitos das Pessoas com Deficiência objetivam promover a inclusão desse expressivo contingente da população (14,5%), com equiparação de oportunidades, dando prioridade às pessoas com deficiência atendidas com o BPC, estudantes do ensino básico, usuários do SUS, pessoas atingidas pela hanseníase e idosos. Os recursos, que poderão alcançar um total de R\$ 2,4 bilhões de reais, entre 2008 e 2010, serão investidos com foco na garantia da acessibilidade na escola, na habitação, no transporte e no trabalho, além do atendimento à demanda reprimida de órteses e próteses na saúde. Na área de Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, a Agenda Social do Governo visa resgatar uma dívida histórica com a população brasileira, dando seguimento às iniciativas que acarretaram a redução constante e gradual do índice de sub-registro de nascimento, entre 2001 e 2006, que passou de 23% para 12,7%. Para superar esse ainda preocupante índice de sub-registro, o Plano define três linhas de ação: “Mobilização Social”, com a realização de campanhas, ações intensivas locais e capacitação de gestores públicos, observando as realidades específicas dos não documentados; “Ampliação da rede de serviços” de registro civil e documentação civil básica (CPF, RG e CTPS); e “Condições Estruturantes”, que visa aperfeiçoar o Sistema Brasileiro de Registro Civil de Nascimento, garantindo capilaridade, mobilidade, informatização, uniformidade, padronização e segurança ao referido Sistema. Objetiva-se, assim, erradicar o sub-registro de nascimento e ampliar o acesso à documentação civil, com a garantia da perenidade dos serviços.

O tema Idoso traz como objetivos centrais a promoção do protagonismo dos idosos para a conquista da cidadania e para sua inclusão social, cultural, civil e política. Um dos instrumentos para a implementação dessa política é o programa ‘Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa’. Para tanto, se atuará na construção e consolidação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi), na realização de campanhas educativas e informativas sobre Envelhecimento Saudável e com Dignidade e na capacitação profissionais e gestores que atuam em benefício desse público.

No que tange às ações de proteção, além da manutenção e gradual ampliação do Programa de Proteção a Testemunhas, ressalta-se, em 2007, a edição dos Decretos n.ºs. 6.044 e 6.231, que estabeleceram o marco legal para os programas de Proteção a Defensores de Direitos Humanos e de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Juntos, esses três programas beneficiaram mais de 1.500 pessoas ao longo de 2007. Destaca-se, também, a realização de ações relevantes no campo do direito à memória e à verdade, com o lançamento do livro-relatório sobre os 11 anos de trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecimentos Políticos na época da ditadura militar e a realização de exposição fotográfica sobre o mesmo tema em sete capitais. Para 2008, considerando os desafios já definidos na Agenda Social do Governo, deve ser ressaltada a grande mobilização a ser desenvolvida em âmbito nacional e internacional para celebração do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, essa mobilização se somará com as atividades relativas aos aniversários de 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 20 anos da Constituição Federal e de 120 anos da abolição da escravidão.

## 8. Previdência Social

A Previdência Social contribuiu, em 2007, para retirar da linha da pobreza milhares de pessoas, o que reafirma que essa instituição é um dos mais importantes instrumentos de redistribuição de renda do Estado Brasileiro, contribuindo assim para o sucesso das políticas de inclusão social do Governo.

### a) Regime Geral de Previdência Social

O número de benefícios emitidos pela Previdência Social ultrapassou o quantitativo de 25 milhões, sendo que 22,0 milhões destes são previdenciários e acidentários, com um valor médio nominal, respectivamente, de R\$ 567,91 e R\$ 505,49. Os benefícios assistenciais atingiram três milhões, no valor de um salário mínimo. De janeiro a outubro de 2007, cerca de 5,8 milhões de benefícios haviam sido requeridos, dos quais 3,5 milhões (60,0%) por incapacidade laborativa. Foram realizadas, também, cerca de oito milhões de perícias médicas. O estoque de auxílio-doença permaneceu estável desde janeiro, ficando próximo de 1,5 milhão de benefícios.

No mesmo período, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) gastou R\$ 148 bilhões (em valores correntes) com o pagamento de benefícios. A arrecadação do período foi próxima dos R\$ 110 bilhões. A arrecadação líquida nominal no ano de 2007 correspondeu a R\$ 140,4 bilhões, com despesas nominais de R\$ 185,2 bilhões, incluído nesse valor as despesas com a antecipação de pagamento de benefícios de até um salário mínimo, que foi realizada em dezembro de 2007. Em relação ao RGPS, a arrecadação previdenciária projetada para este exercício é de R\$ 157,1 bilhões, enquanto a despesa com benefícios previdenciários estimada será de R\$ 202,1 bilhões.

As medidas de gestão adotadas no âmbito de concessão e pagamento dos benefícios, associadas aos recortes constantes de arrecadação previdenciária, têm garantido o controle da necessidade de financiamento da Previdência Social. Em 2006, a necessidade de financiamento do RGPS cresceu 8,7% em relação a 2005 e, em 2007 (até outubro), diminuiu 0,5% na comparação com o mesmo período de 2006, fato esse inédito desde 1995.

Em 2007, todas as etapas e fases de convocação dos beneficiários relativas ao Censo Previdenciário, iniciadas no final de 2005, foram finalizadas. Houve o comparecimento de 16,6 milhões de beneficiários, correspondentes a 97% dos 17,2 milhões convocados. Os beneficiários que não compareceram dentro do prazo tiveram seu benefício cessado. Até o momento, chegou-se ao total de 82.332 benefícios cessados, gerando uma economia anual de R\$ 452 milhões. Ainda estão sendo ultimados os trabalhos relativos aos demais benefícios, alguns pendentes de tratamento pelos bancos e outros que são pagos no exterior. Está sendo realizado o processamento do batimento entre os dados obtidos no Censo Previdenciário e as bases da Receita Federal do Brasil, do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), do Sistema Informatizado de Óbitos (Sisobi) e do Sistema Único de Benefícios (SUB). Esse processamento, inicialmente, envolve um milhão de casos. Após a conclusão da atualização cadastral dos dados do benefício com o Censo Previdenciário, serão analisados todos os critérios quanto à correta manutenção dos benefícios.

Com o intuito de estimular o aumento da cobertura previdenciária, foi instituído o plano de alíquotas reduzidas para os contribuintes individuais. Até setembro de 2007, foi registrada a adesão de cerca de 452,3 mil contribuintes a esse novo plano, que reduziu, para os contribuintes individuais que trabalham por conta própria, de 20% para o 11% a alíquota aplicada ao salário-de-contribuição.

A Previdência Social mantém, atualmente, 2,9 milhões de benefícios de aposentadoria por invalidez, que correspondem à despesa mensal de 1,4 bilhão de reais. Para fins de cumprimento ao disposto na Lei nº 8.213, de 1991, foi elaborada uma proposta para a realização de avaliação médico-pericial dos segurados que se encontram aposentados por invalidez, pelo RGPS, há mais de dois anos. Com base nas conclusões deste estudo, espera-se obter informações que possibilitem a tomada de decisão para selecionar os casos a serem revistos sem a necessidade de convocar todos os beneficiários.

Com o objetivo de assegurar a manutenção de pagamentos de benefícios regulares, combatendo fraudes e pagamentos indevidos, o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) aprovaram, em 2007, o Plano de Ação de Revisão de Benefícios com Indícios de Irregularidades, para cumprir a determinação governamental de assegurar rigor e celeridade na apuração das denúncias de possíveis fraudes na concessão de benefícios, enfocando ainda o aperfeiçoamento de rotinas, normas e sistemas.

Para ampliar a proteção previdenciária no campo de saúde do trabalhador, em fevereiro de 2007, foram regulamentados o Fator Acidentário Previdenciário (FAP) e o Nexo Técnico Epidemiológico (NTE), (Decreto nº 6.042), que representam uma nova percepção da Previdência em relação ao acidente do trabalho. Os resultados já aparecem em relação ao NTE, no qual se percebe o aumento do número de auxílio-doença acidentário (47,1% na comparação de outubro de 2007 com o mesmo período do ano anterior) e a diminuição do auxílio-doença previdenciário em 6,1% para o mesmo período. O FAP flexibilizará as alíquotas do Seguro Acidente do Trabalho (SAT), de modo a reduzir seu valor para aquelas empresas que invistam em prevenção e controle de acidentes do trabalho e, por seu lado, majorar para aquelas que apresentem níveis de acidentes acima da média verificada no seu setor de atividade. Com taxas menores de seguro, as empresas serão estimuladas a ampliar a prevenção dos acidentes do trabalho e reduzir o número de acidentes e doenças do trabalho.

No sentido de reduzir o número de acidentes e doenças do trabalho, que geram um custo considerável para a Previdência Social, em 2008, será rearticulado o Grupo Interministerial de Saúde e Segurança do Trabalho, que deve estabelecer campanhas permanentes e setoriais voltadas para a prevenção, mediante o diálogo social com trabalhadores e empresários. Com essa medida, pretende-se alcançar o aperfeiçoamento metodológico do Nexo Técnico Epidemiológico e a construção de políticas integradas de Reabilitação Profissional com foco na reinserção de trabalhadores acidentados, no estímulo às ações de formação, em estudos e pesquisas e na integração de diversos bancos de dados relacionados à área de saúde e segurança do trabalho.

O Governo criou, em 2007, o Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS), com a finalidade de promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Governo Federal, com vistas ao aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social, além de subsidiar a elaboração de proposições legislativas e normas infralegais pertinentes. Os trabalhos desse Fórum foram de fundamental importância para a democratização das discussões sobre esse tema, bem assim para subsidiar a elaboração de medidas para o constante aperfeiçoamento da Previdência Social, dada a representatividade dos participantes.

Na área internacional, além do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, em vigor desde 1º de junho de 2005, os Ministros de Estados dos países ibero-americanos assinaram, em julho de 2007, a Declaração de Iquique, que aprova o texto do projeto do Acordo Ibero-Americano de Previdência Social. Essa Declaração foi submetida à aprovação dos respectivos Chefes de Estado na oportunidade da realização da XVII Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estados e de Governos, no mês de novembro de 2007, na cidade de Santiago, Chile.

#### **b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)**

Na busca permanente da melhoria dos processos de supervisão, acompanhamento e orientação dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), o Governo promoveu o aperfeiçoamento da legislação relativa à administração e gestão dos recursos dos RPPS, por intermédio da Resolução nº 3.244, de outubro de 2007, do Conselho Monetário Nacional. Nesse novo normativo

estão contemplados dispositivos como a exigência de elaboração de política de investimentos; a introdução de critérios de qualificação dos responsáveis pelos investimentos; e o conceito de governança corporativa.

Foram realizadas, em 2007, aproximadamente 400 ações de auditoria nos RPPS dos Estados e Municípios, contribuindo assim para um maior controle da gestão e para o equilíbrio atuarial e financeiro desses regimes. Para 2008, a meta é realizar o mesmo patamar de auditorias, notificando todos os Entes Federativos com problemas no equilíbrio financeiro e atuarial e desenvolvendo e implementando um sistema corporativo de planejamento e execução da auditoria direta.

O montante dos recursos aplicados no mercado financeiro para garantir a sustentabilidade desses regimes a médio e longo prazo deve atingir, até dezembro de 2007, a cifra de aproximadamente R\$ 30 bilhões, o que significa um incremento superior a 25% em relação a dezembro de 2006. Como diretriz para 2008, prevê-se a melhoria e o aperfeiçoamento do controle financeiro dos RPPS, com a implantação do novo Demonstrativo dos Investimentos e das Disponibilidades Financeiras, e do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), com vistas a melhorar a qualidade das informações e certificação da autenticidade dos responsáveis; e a elaboração de propostas de atualização das normas de organização e gestão dos RPPS. Está prevista, também, a implantação do Cadastro Nacional dos Servidores Públicos (CNIS RPPS), conforme o art. 3º da Lei 10.887, de 2004, que tem como finalidade, entre outras, a efetivação da aplicação do teto remuneratório para o setor público (art. 37, XI da Constituição Federal), bem como a verificação de acumulação de cargos e o controle de óbitos.

### **c) Previdência Complementar**

A Previdência Complementar, em 2007, foi objeto de um conjunto de ações com vistas à melhoria da gestão, resultando em redução do tempo médio de análise dos pedidos encaminhados pela sociedade civil para constituição de planos de previdência complementar e criação de fundos de pensão. Nesse campo, destacou-se o crescimento da previdência associativa, marcado, entre outros lançamentos, pelo surgimento do “Jusprev”, fundo de previdência complementar fechado que congrega 19 associações de classe, contemplando magistrados, promotores de justiça e procuradores.

Quanto à fiscalização, observou-se a melhoria do planejamento da ação fiscal, por meio do novo programa anual de fiscalização, estruturado com base em uma matriz de risco e impacto. A implantação completa da supervisão baseada em riscos ocorrerá nos próximos anos, permitindo que o Brasil utilize o que há de mais moderno no mundo em termos de metodologia de supervisão de previdência privada. Seja pela celeridade nas autorizações, seja pela eficiência na fiscalização, avançou-se na formação de um ambiente regulatório e supervisor adequado ao desenvolvimento da Previdência Complementar, com conseqüências positivas no campo social – pela segurança e complementação de renda dos participantes – e no campo econômico – pela geração de poupança interna com vocação para o investimento de longo prazo e para auxiliar o desenvolvimento do País.

### **d) Atendimento ao Cidadão**

Está em implementação no INSS o Programa de Ações Prioritárias (PAP), que tem como principais objetivos acabar com o estoque de processos de benefícios, reduzir o tempo de espera entre o agendamento eletrônico e o atendimento nas Agências da Previdência Social (APS), acabando com as pequenas filas que persistem nas portas de algumas agências antes do horário de abertura.

Desde a implantação do atendimento por meio dos canais remotos, em 2006, os resultados apontam para uma redução de 84% das filas. Essa redução deve-se, entre outros motivos, à reformulação e ampliação do atendimento remoto, que em dezembro de

2005 contava com 280 posições de atendimento telefônico, atendia 2,5 milhões de chamadas/mês, e oferecia orientações sobre a legislação previdenciária, informações sobre a situação dos beneficiários, disque-denúncia e ouvidoria. Em outubro de 2007, esse número passou para sete milhões de atendimentos/mês, com capacidade para 10 milhões, incluindo a inserção de novos serviços, dentre eles o agendamento eletrônico do atendimento presencial, inclusive a marcação de perícias médicas.

Para tornar ainda mais eficaz o atendimento agendado, foi estabelecido o Plano de Redução dos Prazos da Agenda, cujo objetivo principal é reduzir o tempo de espera no agendamento para 30 dias, por meio das seguintes ações: readequação dos tempos de atendimento estipulados para cada serviço, com resolutividade imediata das solicitações de serviço; reconfiguração da agenda nas unidades de atendimento, a fim de abrir novas vagas e redirecionar as ofertas de vagas para os serviços mais procurados; e confirmação de comparecimento, também por meio telefônico. Em outubro de 2007, 72% das APSs estavam com o tempo médio de espera para atendimento de requerimentos de benefícios igual ou menor que 30 dias, enquanto que para realização de perícias médicas 89% dessas Agências estavam atendendo no prazo inferior a 30 dias.

A meta para 2008 é ter 100% das unidades atendendo por meio do agendamento eletrônico e com um tempo médio de espera de 30 dias. Para atingir essa meta as ações do Plano de Redução da Agenda terão continuidade e serão agregadas novas ações tais como a: implementação da ação “antecipação do agendamento” em todas as unidades; revisão das quantidades mínimas de oferta de vagas para o agendamento em cada APS; e implantação das novas funcionalidades no Sistema de Agendamento Eletrônico (SAE).

Durante o ano de 2007, foram inauguradas cinco Agências da Previdência Social de Benefícios por Incapacidade (APSBI), haja vista que esse tipo de benefício representa aproximadamente 60% dos novos requerimentos. Em 2008, deverão ser inauguradas outras cinco Agências dessa natureza.

A profissionalização da perícia médica continuou, em 2007, com a substituição integral dos médicos terceirizados por médicos peritos concursados. Dessa maneira, foi autorizada a nomeação de 250 médicos peritos aprovados em concurso público, realizado em 2006, sendo que 169 já foram nomeados. Por seu lado, a Ouvidoria-Geral da Previdência Social vem cumprindo importante papel de agente conscientizador e mobilizador da cidadania, permitindo ao beneficiário, assim como ao cidadão participar da gestão previdenciária ao exigir um atendimento mais digno e serviços de qualidade. Atuando, principalmente, a partir de cada uma das manifestações que são encaminhadas pelo público, na forma de reclamação, sugestão, denúncia ou elogio, a Ouvidoria procura oferecer uma resposta para as questões levantadas. A cada ano, cresce o número de usuários que buscam pelos serviços prestados pela Ouvidoria. Desde sua criação, em agosto de 1998 e até novembro de 2007, foram registradas 1.395.258 manifestações, das quais 93,5% foram solucionadas. No decorrer do exercício de 2007, entre os meses de janeiro a novembro, houve atuação diretamente na análise e processamento de 352.292 registros.

O processo de aprimoramento de gestão continuou em 2007, assim, a implantação do Novo Modelo de Gestão do INSS entrou em sua etapa de desenvolvimento, com os projetos do novo Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que modernizará a tecnologia atualmente utilizada, integrará as bases de dados e permitirá o tratamento das informações dos segurados especiais. Além desse projeto, está em curso o desenvolvimento da primeira fase do Sistema Integrado de Benefícios (Sibe), que inclui o requerimento, agenda, perícia médica, concessão, revisão, atualização, recursos e monitoramento dos processos de benefícios, para substituir os sistemas utilizados atualmente, integrando as bases de dados para tornar mais ágeis os procedimentos e permitindo a implantação do reconhecimento automático de direitos, a partir dos dados constantes do CNIS. A conclusão e a implantação do CNIS está prevista para o 1º semestre de 2008 e a do Sibe para o 2º semestre de 2008.

Além da adaptação física das APSs, que resultou na adequação de mais de 40 Agências em 2007, a modernização do parque tecnológico é uma das prioridades governamentais para a melhoria do atendimento ao público, a segurança e a transparência do RPPS. A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) continuou a ação de modernização da infraestrutura tecnológica utilizada pela Previdência Social, optando por tecnologias de padrão aberto, viabilizando a concorrência entre fornecedores e a redução de custos; o desenvolvimento de novos sistemas de informação; e a reformulação e ampliação da rede de telecomunicações. Investiu também na melhoria dos processos produtivos da Empresa e na capacitação dos seus técnicos, tornando a oferta de serviços compatível com o fluxo constante de necessidades da Previdência Social.

A modernização do parque tecnológico do INSS alcançou um importante patamar neste ano. Foi modernizada a rede de comunicação com uma tecnologia que suporta a transmissão de dados, voz e imagens. Com esta mudança está sendo viabilizada a operação de 106 salas de videoconferência e a comunicação pela rede interna (Voz sobre IP) em 96 localidades. Houve avanço na modernização do parque de equipamentos, concluindo-se a substituição de 28 mil estações de trabalho e nove mil impressoras. Foi iniciada ainda a instalação do parque de digitalização de documentos que permitirá redução no tempo de recuperação e atualização da informação, acesso seguro e controlado e segurança do acervo.

## 9. Cultura

O exercício de 2007 fechou um ciclo de crescimento e de sedimentação de políticas de longo prazo em favor do setor cultural brasileiro. Constatou-se ganhos em diversos aspectos, como a transparência na ação pública, o crescimento da abrangência territorial dos investimentos; o fortalecimento do processo de planejamento e de monitoramento das ações de Governo, a ampliação das parcerias entre agentes públicos, a produção de dados do setor cultural para qualificar as ações desenvolvidas, e a priorização do cidadão em todos os projetos apoiados pelos instrumentos públicos de fomento.

O levantamento de dados relacionados com o setor cultural passou a ser realizado de modo sistemático no Brasil muito recentemente, trazendo novas reflexões e maior especificidade à ação governamental. O planejamento de Estado, atualmente, conta com base sólida de informações que permite o desenvolvimento de ações voltadas para populações e territórios particularizados. Os esforços em obter informações concretas sobre a realidade social e cultural dos brasileiros visaram solidificar a Política Pública de Informação Cultural. Estudos importantes foram fomentados no exercício de 2007, como o delineamento do Anuário de Estatísticas Culturais, instrumento de compilação e de divulgação das principais informações do setor no Brasil. Nesse diapasão, deve ser ressaltada a publicação pelo IBGE, em 2007, do Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), que detalha o número de equipamentos culturais existentes em 5.564 municipalidades do País. Esse rol de informações viabilizará políticas de curto e de médio prazo de grande impacto para o cidadão. Trata-se da primeira e mais completa investigação qualitativa e quantitativa sobre a gestão cultural nas cidades brasileiras.

O diálogo com a sociedade também se fortaleceu significativamente por intermédio do exercício de escuta social e do envolvimento crescente de importantes atores do setor na elaboração de ações voltadas para a Cultura. A partir desta orientação, foi realizado o 2º Seminário Políticas Culturais: Diálogo e Tendências, elaborado o Caderno de Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura e constituídas as bases do Fórum Nacional de Direito Autoral. Nesse mesmo contexto, foram iniciados os trabalhos para instalação do Conselho Nacional de Políticas Culturais – órgão colegiado que tem por finalidade propor políticas públicas em articulação entre as esferas de governo e a sociedade civil –, com vistas ao desenvolvimento das atividades culturais no Brasil.

No campo internacional, foram fortalecidas as relações com a América Latina e com países como China, Canadá, Irã, França, Angola, Reino Unido, dentre outros. Merecem atenção especial as ações realizadas junto aos integrantes do Mercosul, visando à implantação do Selo Mercosul Cultural para livre circulação de bens culturais entre os membros do bloco. Outra iniciativa importante foi o protagonismo do Brasil na elaboração do Portfólio de Perfis e Projetos Culturais e na organização das reuniões técnicas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. A posição brasileira sobre diversidade cultural consolidou-se e ganhou reconhecimento mundial. Tornou-se, inclusive, a principal referência dos países da América do Sul.

No campo interno, as ações governamentais têm buscado reconhecer as culturas populares, afrodescendentes, ciganas e indígenas. Em 2007, foram lançados o 1º Concurso Público de Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, com 20 premiações concedidas; o 2º Edital de Culturas Populares, que beneficiou 260 iniciativas destinadas a fortalecer, promover ou recuperar aspectos tradicionais da expressão cultural brasileira. Está em andamento o 1º Edital de Culturas Ciganas, que premiará 20 projetos, e o 2º Edital de Culturas Indígenas, que contemplará 100 iniciativas. Espera-se o mesmo índice de participação da comunidade indígena registrado no 1º edital, quando foram recebidas 467 inscrições de diversos povos de todas as regiões do País. No que diz respeito à cultura negra, deve-se ressaltar a inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que possibilitará o desenvolvimento de novas linhas de pesquisa sobre a história afro-brasileira.

Outra iniciativa governamental, os Pontos de Cultura, representa o reconhecimento pelo Estado da importância de iniciativas já existentes que, uma vez transformadas em Pontos, passam a contar com o apoio do Governo, visando ampliar o alcance de seus trabalhos e incrementar as ações em favor das comunidades em que estão inseridas. Existem, atualmente, 742 Pontos de Cultura implantados em todos os Estados da Federação, abrangendo cerca de 250 Municípios.

Na área do Livro e da Leitura, em 2007, foram adquiridos equipamentos de imagem, som e de informática, mobiliário e acervo bibliográfico para a instalação de 360 bibliotecas públicas em Municípios que ainda não as possuem. A disponibilização de acervos digitalizados pela Internet, por meio do projeto Biblioteca Nacional Digital, alcançou no referido exercício 15 mil títulos bibliográficos, um milhão de imagens e 9.100 arquivos sonoros com dois mil *gigabytes* de arquivos digitais armazenados.

No que concerne à Memória e Patrimônio Material, pode-se elencar a execução de 232 projetos de recuperação patrimonial em diferentes localidades do País, particularmente em sítios históricos de 13 Estados, em 2007. Desses, 77 foram realizados no âmbito do programa Monumenta, com recursos da ordem R\$ 69,4 milhões. O contexto de desenvolvimento das ações de recuperação do patrimônio foi aproveitado para a formação de 2.000 novos profissionais na arte do restauro, da organização e guarda de acervos e em turismo, fortalecendo as iniciativas governamentais voltadas para a geração de emprego e renda.

Os museus federais ganharam mais atenção em 2007, com maior investimento na recuperação e revitalização das instituições de memória. Os recursos destinados aos museus, considerando as parcerias firmadas durante o exercício, somaram cerca de R\$ 140 milhões. Pode-se elencar o Edital Mais Museus, que prevê a criação de museus em Municípios de até 50 mil habitantes e que não possuem museu instalado; a quarta edição do Edital de Modernização de Museus 2007/2008; o Edital Seminário Museus, Patrimônio, Memória e Sociedade; além dos prêmios Mário de Andrade, de incentivo à produção de dissertações, e Darcy Ribeiro, de apoio às boas práticas em educação em museus.

Na área do patrimônio imaterial, deve-se destacar o registro do frevo, do tambor de crioula do Maranhão e do samba do Rio de Janeiro, reconhecidos e consagrados como bens definitivos da expressão cultural brasileira.

No setor audiovisual, merece destaque a atuação da Ancine no apoio ao desenvolvimento de projetos cinematográficos, que viabilizou treze novas obras nacionais e permitiram a participação de sessenta e oito filmes de curta e de longa-metragens em 33 festivais internacionais. Outra forma importante de estimular a produção nacional é o Prêmio Adicional de Renda, instituído pela Lei 11.437, de 2006, iniciativa para melhoria do desempenho de mercado das empresas produtoras, distribuidoras e exibidoras de obras cinematográficas de longa-metragem de produção independente. Em 2007, quando aconteceu a terceira edição do Prêmio, 64 produtoras e exibidoras foram contempladas com valores globais de R\$ 8,4 milhões.

No que concerne aos segmentos de música, dança, teatro e circo, a presença do investimento público foi significativa, em 2007, beneficiando cerca de 370 projetos no transcorrer do exercício. O projeto Pixinguinha comemorou seu 30º aniversário, com 80 espetáculos em 16 Municípios selecionados.

As ações para o fortalecimento da Economia da Cultura foram priorizadas em 2007. A realização de feiras de negócios e de festivais, a promoção do artesanato tradicional e os investimentos em capacitação e profissionalização do setor cultural ganharam força durante esse exercício. Destaca-se na área de promoção de negócios, a Feira Música Brasil 2007, realizada no mês de fevereiro em Recife. As rodadas de negócio movimentaram cerca de R\$ 8 milhões em 450 reuniões ocorridas durante a Feira e 75 empresas tiveram seus planos de negócio avaliados pelo Sebrae. Na promoção do artesanato, a atividade cultural mais disseminada no País – segundo dados do IBGE –, a iniciativa “Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart)” contou com recursos da ordem de R\$ 5 milhões. Vale frisar que o público-alvo é basicamente feminino e seu lançamento vem ao encontro das políticas voltadas para as mulheres, umas das prioridades do Governo.

Quanto ao fomento via Mecenato, deve-se ressaltar que a lei de incentivo fiscal representa o mais importante mecanismo de financiamento da cultura brasileira. A expansão dos recursos e sua distribuição são o binômio da democratização do acesso à fruição e à produção cultural. A expectativa de aumento em 20% dos recursos captados, em relação ao ano anterior, levou o Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, a investir na modernização da gestão e dos processos, que tem como melhor exemplo a automação das reuniões da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que conferiu maior agilidade, segurança e transparência nos procedimentos de avaliação dos projetos culturais. O quadro a seguir mostra a distribuição da captação de recursos por área da cultura.

**Quadro 9 – Recursos Captados pelo Mecenato**  
(Leis Rouanet e do Audiovisual)

Área	2006 (R\$ milhões)	2007 * (R\$ milhões)
Artes Cênicas	173,6	173,0
Artes Integradas	102,2	145,2
Artes Plásticas	79,5	101,2
Audiovisual	270,8	340,4
Humanidades	93,1	100,2
Música	150,8	246,6
Patrimônio Cultural	139,2	131,6
<b>Total</b>	<b>1.009,2</b>	<b>1.238,2</b>

Fonte: Salic e Ancine/MinC. (\*) Estimativa de captação.

Para o ano de 2008, a necessária abordagem das conexões entre cultura e desenvolvimento se evidenciará no Programa Mais Cultura, ferramenta decisiva para a consolidação do pacto federativo e do Sistema Nacional de Cultura, que se centra em três objetivos principais. O primeiro objetivo, é ampliar o acesso dos brasileiros aos bens culturais e aos mecanismos de apoio público ao setor, visando promover a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania e a diversidade cultural. Para que isso se concretize, foram definidas três linhas de atuação: o Fortalecimento das Ações Culturais da Sociedade, que prevê a ampliação do número de Pontos e de Pontões de Cultura e o investimento na capacitação e profissionalização de jovens nas diferentes áreas culturais; a Promoção do Acesso à Produção Cultural, que visa o aumento do acesso à produção cultural por intermédio de novos mecanismos e compreende a disponibilização dos produtos apoiados pela Lei Rouanet para escolas, bibliotecas e outros equipamentos culturais, a programação cultural específica para professores, o incentivo ao uso de TVs e rádios públicas como meio de acesso à cultura, e a criação do vale-cultura; e o Estímulo à Leitura, que busca ampliar o acesso dos brasileiros aos benefícios da leitura. Terá como meta zerar o *déficit* de Municípios sem bibliotecas públicas ainda neste exercício e promover a edição e distribuição de livros a preços populares.

O segundo objetivo será qualificar o ambiente social e os espaços das cidades, ampliando a oferta de equipamentos e meios de acesso à produção e à expressão cultural. Para isso, a atuação dar-se-á mediante a promoção do Direito à Cidade, por intermédio de duas linhas de atuação: a qualificação dos espaços culturais nas periferias, áreas degradadas e centros históricos; e a facilitação do acesso das periferias aos processos culturais dos centros urbanos. O terceiro objetivo será melhorar o ambiente econômico para investimentos em cultura, mediante o fomento direto à economia do setor, a fim de gerar oportunidades de negócio e de promover a capacitação artística, técnica e gerencial de trabalhadores, profissionais liberais, de micro, pequenas e médias empresas do mercado cultural brasileiro. Visa disponibilizar a concessão de microcréditos para pequenos empreendedores da área cultural e consolidar linhas de crédito específicas para pequenas e médias empresas do setor.

Em 2008, a constituição definitiva do Plano Nacional de Cultura e dos Sistemas Nacional e Federal de Cultura, além da implementação do Conselho Nacional de Políticas de Cultura, representarão um marco histórico para a elaboração de parcerias permanentes entre os Entes Federativos e o setor privado, o que resultará no estabelecimento de ações concretas em favor da cultura brasileira. Ainda neste exercício, a realização da II Conferência Nacional de Cultura (CNC), prevista para o segundo semestre, permitirá aos mais amplos e representativos segmentos do setor cultural avaliar os deslocamentos e a atuação da ação pública nas diversas áreas.

A política do audiovisual manterá, em 2008, seu objetivo de ampliar o público para o cinema brasileiro direcionando investimentos para setores-chave: distribuição, formação de público, aumento do número de salas de exibição e criação de circuitos comerciais paralelos. O grande objetivo dessa estratégia é aumentar a participação do cinema nacional no mercado interno e o fomento a projetos de curtas-metragens, roteiros e documentários orientados para públicos estratégicos – como o infante-juvenil – e para regiões do País sem tradição de expressão audiovisual. Com o advento da TV Digital, a política do audiovisual estará norteadada, também, para a implementação de estratégias de produção, edição e programação de conteúdos para a Rede Pública de TV, valorizando a diversificação e a capacidade de veicular produtos independentes.

## 10. Esporte

Em 2007, o esporte se consolidou como política de Estado. As ações do Governo, por intermédio do Ministério do Esporte, estão contribuindo para que o esporte seja um importante instrumento para a redução da exclusão e vulnerabilidade social a que é submetida grande parcela da população brasileira.

Nesse sentido, destacam-se as ações do Programa Segundo Tempo. Desde 2003, quando do seu lançamento, o Programa beneficiou 2.161.644 crianças e adolescentes. Em 2008, está previsto um atendimento médio de 800 mil pessoas, gerando mais de 16 mil empregos em 4.846 núcleos, no âmbito do referido Programa. Já o Programa Esporte e Lazer da Cidade aplicou, em 2007, R\$ 401 milhões na implantação e modernização de infra-estrutura. Os núcleos de esporte recreativo e de lazer atingiram cerca de dois milhões de pessoas, das diversas faixas etárias, em 618 núcleos de 400 Municípios. Em sua dimensão científico-tecnológica, foram implantados 22 Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedex) junto às universidades. Para 2008, está prevista a continuidade do sistema de seleção pública de projetos, o que permitirá a implementação de mais 100 núcleos, beneficiando diretamente 400 mil pessoas. No referido exercício, também está prevista a implementação de 125 núcleos, beneficiando cerca de 12.500 jovens detentos e ex-detentos, em comunidade com altos índices de violência, e, em conjunto com o “Programa Mais Educação”, a implementação de outros 295 núcleos, beneficiando 118 mil pessoas. A previsão é de beneficiar, no total, cerca de 1,746 milhão de pessoas, em 912 núcleos, beneficiando a todas as faixas etárias.

Em 2007, por meio do Programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo, foram produzidos 800 mil artigos esportivos, que estão beneficiando cerca de 3,5 milhões de pessoas em comunidades em situação de risco social. Ao final do referido exercício, havia 93 unidades de produção em funcionamento. Além de sua atuação em território nacional, o Programa também vem assistindo, por meio da doação de material, instituições que atuam em comunidades carentes no exterior. No ano passado, foram doados 2.532 itens para 14 entidades, beneficiando 43.840 pessoas na Rússia, Inglaterra, Bolívia, Itália, Argentina, China, Equador, El Salvador, Cuba, Nicarágua e França. No âmbito desse Programa, em 2008, deverão ser criados 3.800 novos postos de trabalho para a produção de 1,2 milhão de artigos esportivos.

Ampliar e diversificar o financiamento para o esporte representa um desafio para o Poder Público. A Lei de Incentivos é uma iniciativa para atrair recursos privados. Estimativas apontam que é possível arrecadar mais de R\$ 300 milhões para o esporte, em 2008.

A realização dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos de 2007 foi um marco para o País e está proporcionando ao esporte brasileiro e às suas instituições dirigentes, condições jamais vivenciadas no âmbito estrutural, técnico, científico, tecnológico, informacional e econômico. As conseqüências objetivas de realizar o maior evento esportivo das Américas coloca o esporte na agenda, capacitando o Brasil a pleitear eventos esportivos de maior magnitude. O sucesso desse empreendimento nos trouxe condições de sediar competições internacionais como os Jogos da Lusofonia, em 2008, mundiais de judô e de futsal, a final da Liga Mundial de Vôlei, em 2009, os Jogos Mundiais Militares, em 2011, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e de postular o direito de sediar as Olimpíadas de 2016.

Para incrementar o acesso ao esporte de competição, pode-se citar iniciativas, como o programa Bolsa Atleta, que possibilita a atletas de várias categorias, apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições, melhorando assim seus resultados e ampliando as possibilidades de atletas de esportes com menor visibilidade. Até 2007, cerca de quatro mil atletas já foram contemplados. Como resultado, dentre os mais de 600 atletas da delegação brasileira nos XV Jogos Pan-americanos, 39 já contaram com o apoio desse programa. A perspectiva para o Bolsa Atleta é consolidar sua extensão em todo ciclo da carreira do atleta, atuando desde a base, passando pelo desenvolvimento e treinamento, chegando às principais conquistas e criando condições para a fase de encerramento da carreira.

No que tange a referida Copa do Mundo de 2014, o Governo envidou esforços das mais diversas áreas para atender às garantias

necessárias a fim de viabilizar a conquista de sediar o mundial. Para alcançar esse objetivo, construiu-se um esforço de coordenação de diversas áreas do Governo e da sociedade, propiciando as condições para atendimento dos requisitos definidos pela Federação Internacional de Futebol (Fifa). Os investimentos públicos e privados, que ensejam a realização de uma Copa, são oportunidades de atração de novos negócios para o País.

## 11. Energia – Luz para Todos

O denominado Luz para Todos é um programa que tem como objetivo levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, a todos os moradores do meio rural que ainda não dispõem desse serviço. O propósito do programa é que a energia seja utilizada não só para o conforto do beneficiado, mas principalmente como vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho e renda, e contribuindo para a redução dos índices da pobreza e da fome. Até 2007, já foram beneficiadas 7,1 milhões de pessoas. Nesse exercício, o Luz para Todos levou energia elétrica, gratuitamente, para 1.950.000 pessoas em todo o País, tendo entre esses beneficiários 770 mil assentados, 50 mil remanescentes de quilombos e 80 mil indígenas. Para 2008, estão previstos investimentos federais de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões, para realizar 570 mil novas ligações, beneficiando a 2,9 milhões de pessoas.

As famílias atendidas, constituídas em sua maioria por trabalhadores rurais, que vivem da produção e comercialização de leite e derivados, da criação de peixes ou da agricultura de subsistência, passaram a utilizar sistemas de irrigação, resfriadores de leite e refrigeradores para a conservação de pescados. Além disso, a disponibilidade da energia elétrica possibilitou o início das atividades dos Centros Comunitários de Produção (CCP), em todo o País. Desde seu início, o Luz para Todos implantou 3,2 milhões de postes, 504 mil transformadores e 628 mil km de cabos elétricos. Na esteira desse processo, o segmento industrial de eletrodomésticos tem sido também incrementado.

## 12. Inclusão Digital

Sendo a exclusão digital fator recente e crítico para o agravamento da exclusão social, o Governo desenvolveu ações incisivas no âmbito do Programa Brasileiro de Inclusão Digital para reduzir o hiato digital, diminuindo o número de excluídos, promovendo a alfabetização digital e a capacitação, ampliando o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicações, e igualando as condições de competitividade de parcelas da população no mercado de trabalho, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

O Governo Eletrônico e Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), alcançou em 2007, 3.465 pontos de presença. Os pontos de presença do Gesac são disponibilizados às comunidades beneficiárias por meio de parcerias em diversas instituições governamentais e não-governamentais, viabilizando inclusive o atendimento a parcelas específicas da população como comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e populações de áreas protegidas ou vizinhas a Unidades de Conservação.

Para 2008, estão previstas ações no âmbito do Gesac que ampliam sua abrangência para vinte mil Pontos de Presença. A meta principal do projeto é a implantação de pelo menos um telecentro comunitário em cada Município do Brasil, fazendo com que as tecnologias de informação e comunicação estejam disponibilizadas para a população em todo o território nacional.

Outras ações planejadas para 2008 com vistas à inclusão digital contemplam: disponibilizar conectividade em banda larga à Internet para as escolas públicas; prover plataforma multisserviços para ações de inclusão digital das iniciativas governamentais e não-

governamentais; atender prioritariamente às comunidades em estado de vulnerabilidade social; ampliar a oferta dos serviços e recursos necessários à colaboração no combate às baixas taxas de inclusão digital; e acelerar a implantação do Projeto Cidades Digitais.

Uma inovadora medida do Governo consiste na disponibilização de acesso de banda larga (*backhaul*) em todos os 5.564 Municípios, nos próximos três anos. Juntamente com esse acordo as operadoras de telefonia fixa vão disponibilizar o acesso gratuito à banda larga a 55 mil escolas públicas das áreas urbanas. O acesso a banda larga nessas escolas representa cerca de 84% do número total de alunos no ensino público básico.

Para a formação de multiplicadores dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), nos quais são realizadas atividades para a formação de jovens na montagem e manutenção de computadores, foram realizadas diversas ações para capacitação, em 2007, como a 6ª Oficina para Inclusão Digital, que envolveu mais de 1,6 mil participantes das diversas redes de telecentros, Pontos de Cultura, Casas Brasil e outras iniciativas de inclusão digital espalhadas por todo o País. Foi, também, criado o cadastro de telecentros do Observatório Nacional de Inclusão Digital, que permite o registro, acompanhamento, articulação e avaliação das iniciativas dos espaços públicos de inclusão digital em funcionamento no Brasil. Além disso, a população pode encontrar o telecentro mais próximo de sua casa com os mapas interativos do sítio.

### 13. Justiça e Segurança Pública

O Governo lançou, em agosto de 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Esse Programa destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública e políticas sociais mediante a cooperação entre União, Estados e Municípios. Conciliar os esforços de políticas de segurança e de ações sociais demonstra a superação da dicotomia que vinha sendo perpetrada historicamente.

Estruturado em um conjunto de projetos, que se dividem em projetos estruturantes, com alcance nacional, e em projetos de caráter local, com abrangência em 11 regiões metropolitanas do País, selecionadas em razão dos altos índices de violência, o Pronasci pretende atuar na prevenção e no controle e repressão da criminalidade. São as 11 regiões: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os projetos estruturantes visam modernizar as instituições de segurança pública e do sistema prisional, melhorar as condições de trabalho dos profissionais da segurança pública e do sistema prisional e enfrentar a corrupção policial e o crime organizado. Já os projetos de caráter local visam à reintegração dos territórios, devolvendo-lhes a paz, a integração dos jovens e das famílias e a segurança e a convivência pacífica. Objetiva-se resgatar a coesão social desses territórios e permitir às pessoas que neles vivem o sentimento de cidadania.

Em 2007, já foram iniciadas as seguintes ações do Pronasci: assinatura do primeiro contrato de financiamento do Plano Habitacional para Profissionais de Segurança Pública; realização de cursos de Polícia Comunitária para 22 mil alunos, incluindo policiais, bombeiros, guardas municipais e a própria sociedade; capacitação em Cursos de Sistema de Comando de Incidentes (SCI), em 14 Unidades da Federação, atingindo, de outubro a dezembro de 2007, a meta prevista de dois mil profissionais de segurança pública capacitados; e o credenciamento de 80 universidades para ministrarem cursos de especialização para capacitar mais de cinco mil profissionais de segurança pública em 2008.

Para 2008, das 11 áreas selecionadas para a efetivação dos projetos de caráter local do Pronasci, terão prioridade as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Entorno de Brasília, em razão de suas elevadas vulnerabilidades sociais. Da mesma forma, o Governo iniciará a construção dos primeiros estabelecimentos penais especiais para jovens e mulheres.

#### **a) Sistema Único de Segurança Pública (Susp)**

No ano de 2007, o processo de implantação e institucionalização do Susp atingiu sua maturidade, ao fundamentar o planejamento do Pronasci. Nesse contexto, os princípios e as diretrizes do Sistema foram traduzidos em um conjunto objetivo e claro de ações a serem implementadas nas regiões em situação crítica de violência no Brasil. Destacam-se as ações de segurança pública implementadas nos XV Jogos Pan-americanos. Essas ações envolveram, de forma integrada e inovadora, programas de ações preventivas, a preparação e o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), de forma integrada com as forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro, a implantação de infra-estrutura e sistemas vitais de suporte para segurança pública e o empreendimento de ações de inteligência, com a participação efetiva das comunidades residentes nas regiões de realização dos jogos, como a capacitação de 6.500 Guias Cívicos, entre outras ações.

No âmbito da infra-estrutura e dos sistemas de suporte para a segurança pública, destacam-se as implantações do centro de comando e controle, que aprimorou a capacidade de despacho de viaturas, localização de ocorrências referenciadas geograficamente e o monitoramento da cidade e locais de jogos, por meio de 1.500 câmaras; do sistema de radiocomunicação digital criptografado, possibilitando a comunicação segura e a interoperabilidade dos órgãos de segurança pública; de equipamentos e tecnologias antibombas (robôs, veículos especiais, roupas de proteção); da aquisição de bens e equipamentos (aeronaves, veículos, armamentos letais e não-letais, equipamentos de áudio, vídeo, proteção, perícia); e da capacitação de agentes públicos no manejo das ferramentas adquiridas.

No âmbito das ações de inteligência, destaca-se a reestruturação e modernização do Centro de Inteligência de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que contribuiu para aumentar a capacidade de produção de inteligência policial no Estado, bem como a instalação de Sistema de Inteligência, e a capacitação de policiais na área de interceptação de sinais, visando melhorar a qualidade da prova produzida.

Valorizando a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informações vêm sendo continuamente aperfeiçoados e modernizados: o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do Susp. O monitoramento constante da situação da segurança pública, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, visa permitir não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados. Destaca-se também, a consolidação da FNSP como instrumento de cooperação federativa, que atua à luz do Susp e do Pronasci, por meio da estruturação de um grupo de elite composto pelas polícias dos Estados. Até a presente data, já foram formados 7.991 policiais militares de todo o País.

A Força Nacional de Segurança Pública está em ação, atualmente, nos Estados do Rio de Janeiro, Maranhão e na região do Entorno do Distrito Federal, auxiliando os Governos dos referidos entes em questões variadas inerentes à segurança pública. Para o ano de 2008, a prioridade é o estabelecimento de uma base física da corporação (aquartelamento) na capital federal, de modo

que exista um efetivo de 500 homens prontos para atuar em qualquer parte do país, com mobilidade e rapidez, pressupostos básicos para uma tropa dessa natureza, funcionando também como centro de treinamento. A propósito, a meta de treinamento do Pronasci é de cinco mil homens/ano das polícias estaduais, num total de 20 mil homens ao longo de quatro anos.

O Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – Infoseg tem como objetivo integrar os sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, agregando os bancos de dados e permitindo um efetivo compartilhamento das informações entre os Estados e os órgãos federais. Os acessos às informações da rede passaram de quatro milhões, em 2004, para 26 milhões, em 2007, por mais de 90 mil usuários distribuídos nos três poderes das esferas federal e estaduais. Outro fato marcante relacionado ao aprimoramento das atividades do Infoseg nos últimos anos foi a integração da rede a países do Mercosul. Essa rede já disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais criminais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens de condutores, proprietários, veículos e multas, bem como informações sobre armas de fogo.

Já no aspecto de formação profissional, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) promove o acesso democrático aos processos de educação em segurança pública, continuada e de qualidade, por duas vias: credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) para a realização de cursos de especialização de gestão em Segurança Pública; educação a distância, para realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento em temas essenciais à segurança pública.

Em 2007, foram credenciadas 65 IES para a promoção de 81 cursos de especialização que beneficiarão cinco mil profissionais. Os recursos envolvidos são de R\$ 18,6 milhões. Com relação ao ensino a distância, foram implantados 210 telecentros – ambientes físicos dotados de tecnologia constituídos por telesala, *web*-sala e ambiente para tutoria – nos quais os profissionais de segurança pública terão acesso a cursos específicos para a área. Em 2007, a Rede beneficiou 57 mil profissionais de segurança pública e foram aplicados R\$ 14,5 milhões.

Em 2007, o Governo, por intermédio do Fundo Nacional de Segurança Pública, repassou aos Entes Federados R\$ 148,1 milhões, sendo R\$ 103,9 milhões para os Estados e R\$ 44,2 milhões para os Municípios. No referido exercício, foram doados a esses entes R\$ 26,3 milhões para aquisição de equipamentos, além do investimento de R\$ 578,3 milhões nos mencionados Jogos Pan-americanos.

#### **b) Sistema Penitenciário Federal**

O Sistema Penitenciário Federal foi concebido com o intuito de desarticular o crime organizado nos sistemas penitenciários estaduais, por meio do isolamento de líderes e de outros presos de alta periculosidade. Em 2007, o funcionamento das duas primeiras unidades, ocorrido em Campo Grande/MS e Catanduvas/PR, teve impacto positivo nos sistemas estaduais. Não houve registro de nenhum incidente relevante relacionado à atuação de facções criminosas no interior de estabelecimentos penais dos Estados. No referido exercício, o Governo Federal investiu cerca de R\$ 27 milhões nas obras das unidades de Mossoró/RN e Porto Velho/RO. Essas unidades devem entrar em operação ainda em 2008.

A valorização e capacitação do servidor penitenciário se insere no rol de prioridades do Governo. Por meio de parceria com 17 Estados, foram viabilizados cursos de capacitação e mais sete escolas penitenciárias foram implantadas. Atualmente, já são 25 as Unidades da Federação que possuem estrutura própria de capacitação em serviços penais.

Em relação à reintegração do preso à sociedade, o Governo tem interagido de forma multidisciplinar com vários órgãos, fortalecendo parcerias, para que esse processo de reinserção também contribua para a redução dos índices de reincidência criminal. Nesse sentido, o trabalho conjunto dos Ministérios da Justiça e da Educação possibilitou a ampliação do Projeto Educando para a Liberdade para mais seis Estados, em 2007. Já o Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional (PNSSP) conta, atualmente, com 149 equipes cadastradas, em 10 Estados, que promoveram, no exercício passado, o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos em 131 estabelecimentos penais. Cada equipe é constituída por médicos, enfermeiros, odontólogos, assistentes sociais, psicólogos e auxiliares de enfermagem e de consultório dentário.

Essa interação institucional também se reflete na geração de vagas no sistema prisional. Uma sólida política de financiamento aos Estados, cuja finalidade precípua é a citada geração de vagas, resultou na celebração de 19 contratos de repasse, em 2007, que viabilizarão 4.514 novas vagas, fruto de um investimento de aproximadamente R\$ 107 milhões. No referido exercício, como consequência de convênios celebrados em anos anteriores, foram criadas 4.184 vagas nos sistemas penitenciários locais.

Para 2008, o Governo planeja a criação de novos cargos de agentes penitenciários federais e de cargos técnico-administrativos e de apoio especializado, para operacionalizar as penitenciárias federais a serem inauguradas neste exercício, além da ampliação dos sistemas de informação, como o Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen), cujo módulo de gestão deverá ser estendido a novos Estados, e a unificação das bases de dados de informações penitenciárias no País, para subsidiar a execução das políticas públicas relacionadas à área penitenciária. Também está prevista a implantação de ouvidorias do Sistema Penitenciário nos Estados que ainda não possuem esse mecanismo de controle. Na esteira dessa diretriz, o Governo buscará articulação com os Tribunais de Justiça a fim de fomentar a instalação e o fortalecimento dos conselhos de comunidade.

### **c) Combate à Criminalidade**

Além das ações educativas e de prevenção, o Governo implementou uma série de ações para o combate à criminalidade. Neste contexto, o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal (PF), realizou 179 operações contra o crime organizado no ano de 2007, reprimindo o tráfico de entorpecentes, contrabando, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes contra o meio ambiente, fraudes em licitações, entre outros, deflagradas em todo o território nacional, resultando na prisão de 2.534 pessoas.

No citado período, o Governo investiu mais de R\$ 41 milhões no Plano Anual de Reparelhamento Policial (Parp). Esse investimento é fundamental para o trabalho de combate à criminalidade executado pela PF, sendo adquiridos 1.850 coletes balísticos, 6.587.250 unidades de munições letais, 3 mil algemas de metal e 7 mil algemas descartáveis, 85 veículos utilitários, 170 veículos do tipo sedan, 3.602 computadores, 253 *notebooks* e 674 impressoras. Ainda em termos de investimentos, o Projeto Pró-Amazônia/Promotec contou com cerca de R\$ 100 milhões, destinados a equipar as diversas aéreas da PF, como a de inteligência policial, dotando-a das melhores soluções em nível mundial. Esses investimentos atenderam a área de radiocomunicação, adquirindo-se equipamentos para a expansão da rede das regiões Sul e Nordeste e proporcionando equipamentos de redes táticas a mais 15 Delegacias da PF. Finalizou-se a implantação da rede de radiocomunicação digital segura nas cidades de Brasília e região do Entorno, bem como na cidade do Rio de Janeiro, sendo iniciada sua implantação na cidade de São Paulo.

Em termos de recursos humanos, houve um acréscimo de 1.412 servidores ao efetivo da instituição, chegando ao total de 14.447 servidores, sendo 11.133 policiais federais e 3.141 servidores administrativos. Para os próximos anos, o Governo planeja a continuação

do reforço dos recursos humanos da PF, o que contribuirá, ainda mais, para o aumento da sua efetividade, eficiência e eficácia.

Ainda em termos de ações realizadas em 2007, cita-se a implementação do novo passaporte brasileiro, modelo de segurança em nível global. Foram implantadas mais 12 Delegacias Especiais de Polícia Marítima, bem como finalizada a construção de uma nova superintendência e criadas mais quatro adidências policiais – no Uruguai, na Bolívia, no Suriname e na França. Não menos importante, nesse ano, foram as obras de reforma da Superintendência Regional da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, com o início da implantação do Centro Compartilhado de Inteligência Policial de Combate ao Crime Organizado (Cicor), assim como o início da implementação de outra unidade da mesma natureza na cidade de São Paulo.

No que diz respeito à Polícia Rodoviária Federal, foi dada continuidade à ampliação do quadro de servidores, sendo aberto, em 2007, concurso para preenchimento de 340 vagas de Policiais Rodoviários Federais a serem lotados nos Estados de Mato Grosso e do Pará, o que possibilitará um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade nestas regiões, devido ao incremento de policiais nos postos de fiscalização. Ainda em termos de recursos humanos, foram capacitados 2.460 servidores, por meio de ensino a distância.

Ressalte-se a efetiva participação da Polícia Rodoviária Federal na segurança dos Jogos Pan-americanos, seja por intermédio da vigilância das rodovias federais que dão acesso ao Rio de Janeiro, seja por meio das escoltas dos atletas do aeroporto à Vila Olímpica. Ainda em 2007, foram realizadas 835 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de quatro toneladas de cocaína, 42 toneladas de maconha, 1.383 armas de fogo, a destruição de mais de 251 mil pés de maconha e a detenção de 1.847 pessoas por tráfico de entorpecentes. Nas operações de combate aos crimes ambientais, foram recuperados mais de 11 mil animais silvestres e apreendidos mais de 90 mil metros cúbicos de madeira. No combate à exploração de crianças e adolescentes, destaca-se o encaminhamento de 428 crianças e adolescentes, vítimas de crimes, aos conselhos tutelares e delegacias, bem como a detenção de 253 pessoas envolvidas nesses crimes. Para 2008, destaca-se a continuação da construção da nova sede da Polícia Rodoviária Federal, a implantação do projeto de Sistemas de Tecnologias Integradas, a readequação do mobiliário dos postos e delegacias e a atuação da Polícia Rodoviária Federal no Pronasci, por meio de um novo modelo de atendimento às ocorrências nas regiões abrangidas pelo projeto.

Na área de inteligência, em 2008, serão aprofundadas as relações institucionais no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sinbin), bem como aperfeiçoadas as atribuições e a forma de atuação dos diferentes órgãos governamentais envolvidos na prevenção e repressão às atividades de organizações terroristas no País.

#### **d) Combate à Pirataria**

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), desempenhando o seu principal papel, que é o de catalisador para a mobilização de esforços do Estado e da sociedade com vista ao enfrentamento da pirataria, consolidou-se como referência nessa área na América Latina. O CNCP atua de forma diferenciada em relação a outras experiências de combate à pirataria, em âmbito mundial, tanto por abrigar em sua estrutura órgãos públicos e privados, quanto pela proposta de política pública voltada à contenção da oferta de produtos piratas e, paralelamente, à contenção da demanda por esses produtos. Em decorrência dessa mobilização, o ano de 2007 ficou marcado pelo registro de recordes em termos de mercadorias apreendidas – mais de R\$ 1 bilhão.

Nesse sentido, a quarta edição do Estudo Anual de Pirataria de *Software*, elaborado pelo *International Data Corporation (IDC)*, e divulgado pela *Business Software Alliance (BSA)*, em 15 de maio de 2007, aponta que o Brasil teve uma redução de quatro pontos percentuais na taxa de pirataria de *software*, passando de 64% para 60%. Ressalte-se que essa é a primeira vez, nos últimos 10 anos, que o índice apresenta uma queda tão acentuada. Revela, inclusive, que o Brasil foi o mercado que registrou a maior queda na taxa de pirataria na América Latina, e a maior queda no mundo.

Destaca-se, também, a reclassificação do Brasil em listas elaboradas pelo Governo norte-americano, conhecidas como *Special 301*, publicadas anualmente pelo Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), com base em informações fornecidas pelo setor privado daquele país (indústrias farmacêutica, de *software*, cinematográfica, editorial e fonográfica, dentre outras). Desde 2002, o Brasil vinha sendo incluído na “lista de países em observação prioritária” (*priority watch list*), categoria na qual são colocados os países com maior grau de deficiência na área. Em 2007, passou para a “lista de países em observação”. Apesar de considerar favorável a reclassificação, o Governo considera que a manutenção do País em qualquer lista da *Special 301* não corresponde aos padrões de proteção à propriedade intelectual consagrados na legislação nacional, plenamente compatível com os compromissos assumidos pelo Brasil em foros multilaterais.

Como meta para 2008, está previsto o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Combate à Pirataria e a continuação do processo de mobilização e articulação institucional, pública e privada, para divulgação e sensibilização mais ampla dos problemas de cada setor afetado pela pirataria.

#### **e) Reforma e Modernização do Poder Judiciário**

O Governo tem acompanhado e atuado ativamente na tramitação e aprovação dos projetos de reforma da legislação processual pelo Congresso Nacional. Em 2007, os esforços dedicados à aprovação dos projetos de lei referentes à reforma infraconstitucional obtiveram os seguintes resultados: sanção da Lei nº 11.441, pela qual divórcios, separações, inventários e partilhas poderão ser registrados em cartórios, por meio de escritura pública, sem a necessidade de passar pelo Poder Judiciário, desde que não haja conflito entre as partes; sanção da Lei nº 11.495, que trata da rescisória trabalhista, exigindo depósito prévio para essa ação. O depósito tem o escopo de filtrar as ações rescisórias, pois será revertido em multa se a mesma for julgada improcedente pelos membros do tribunal; sanção da Lei nº 11.496, que reduz as possibilidades de embargos ao Tribunal Superior do Trabalho.

#### **f) Democratização do Acesso à Justiça**

É sabido que a formação jurídica tradicional prepara o profissional para o conflito. Essa cultura precisa ser alterada, criando um novo paradigma voltado para a pacificação social. Para tanto, o Governo está preparando uma proposta concreta de composição e conteúdo programático dos cursos de formação em direitos humanos e técnicas de composição e mediação de conflitos. Paralelamente, estão sendo articuladas ações para a inclusão de disciplinas e práticas de composição e mediação de conflitos junto aos cursos de Direito, objetivando atuar na formação dos futuros bacharéis. Estuda-se, ainda, a forma de criar incentivos e critérios de avaliação dos cursos de Direito, como forma de induzir a formação jurídica voltada à pacificação social e não ao conflito.

Em 2007, no âmbito da democratização do acesso à justiça, devem ser ressaltados os 372.689 atendimentos de assistência jurídica gratuita efetuadas pelo Governo, por intermédio da Defensoria Pública da União, em todo o território nacional. Para 2008,

pretende-se consolidar a assistência jurídica integral e gratuita em todas as capitais estaduais, além de promover a interiorização dos serviços prestados, propiciando um aumento sensível do número de atendimentos, democratizando o acesso à justiça.

Sob a ótica do Pronasci, espera-se contribuir, de forma decisiva, para a inclusão dos milhões de cidadãos brasileiros que se encontram à margem do sistema de justiça. As ações propostas nesta área pelo Governo Federal apontam para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e de seu caráter republicano.

#### **g) Cooperação Jurídica Internacional**

No que tange à cooperação internacional em material civil, o Governo atuou intensamente nas negociações da Convenção da Haia sobre Alimentos, que permitirá, nos próximos anos, maior eficiência na cobrança de pensões alimentícias em diversos países. Ampliou-se também a utilização das redes de cooperação, a exemplo da Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial (IberRed), como forma mais ágil de obter o cumprimento dos pedidos de cooperação.

Em 2008, está prevista a publicação do Manual de Cooperação Jurídica Internacional, cuja finalidade é tornar acessível ao público o conteúdo dos instrumentos de cooperação internacional, bem como orientações específicas sobre cada país. Com a disseminação das informações contidas no Manual, as autoridades brasileiras terão mais facilidade em elaborar pedidos de cooperação jurídica internacional encaminhados ao exterior, de modo a aumentar a probabilidade de sucesso no cumprimento das medidas solicitadas, como rastreamento e bloqueio de contas bancárias.

Além disso, em 2007, o Governo Federal concluiu as negociações de seis Tratados de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal: Honduras, México, Panamá, Bélgica, El Salvador e Nicarágua. Está prevista a finalização, em 2008, das negociações de Tratado sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Alimentos com os Estados Unidos da América.

#### **h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica**

O ano de 2007 marcou a ampliação da utilização de duas ferramentas essenciais ao combate a ilícitos antitruste, o programa de leniência e a busca e apreensão franqueada pelo Poder Judiciário. No tocante ao programa de leniência – que permite à autoridade iniciar investigações robustas com base em informações de partícipes de ilícitos –, destaca-se o fato de que, até o ano de 2006, o Governo havia negociado dois acordos de leniência, simultaneamente, enquanto que, em 2007, foram negociados nove acordos simultâneos.

Por sua vez, o número de mandados de busca e apreensão cumpridos é crescente, passando de um total de onze, entre 2003 e 2005, para oitenta e quatro mandados cumpridos, em 2007. O aumento de operações de busca e apreensão deve-se tanto ao sucesso do programa de leniência, quanto à postura mais ativa do Governo nas investigações de práticas lesivas. Ressalte-se, também o combate a práticas anticompetitivas em licitações, como um esforço do Governo para manter o ambiente de compras públicas competitivo. Esse trabalho foi de extrema importância para garantir a concorrência efetiva, por exemplo, no leilão de concessão da usina hidrelétrica de Santo Antônio (Rio Madeira), ocorrido em 2007.

Serão concentrados esforços, em 2008, para a aprovação do Projeto de Lei nº 5.877, de 2005, que trata da reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O Projeto, se aprovado, proporcionará benefícios diretos ao ambiente concorrencial

brasileiro, entre outros dispositivos, ao promover a unificação das atribuições dos órgãos da concorrência e aperfeiçoar o atual sistema de notificação de atos de concentração.

Na área de proteção e defesa do consumidor, o Governo realizou diversas ações importantes nos seus principais eixos de atuação, em 2007, como a capacitação de técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC); integração dos órgãos do SNDC; a advocacia do consumidor; e a fiscalização e articulação internacional. No âmbito da capacitação, o Governo implantou a Escola Nacional de Defesa do Consumidor – ENDC. A Escola, em seu primeiro ano de funcionamento, realizou três cursos avançados e oito cursos básicos itinerantes em todas as regiões do Brasil, capacitando mais de 650 técnicos. Com respeito à integração dos órgãos do SNDC, 2007 foi o ano de consolidação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec). Avançou-se na implementação de soluções para melhorar a qualidade da informação e para aprimorar a articulação entre os órgãos. Deu-se, também, um forte impulso no processo de municipalização do Sindec, estando o Sistema implantado em 65 Procons de 86 cidades, realizando uma média mensal superior a 50 mil atendimentos, processados por mais de 1.400 técnicos.

#### 14. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas

O consumo de drogas e seu impacto na vida da população se mostra, desde sempre, como uma questão complexa e que perpassa todos os setores da sociedade. A necessária integração das políticas setoriais com a política nacional, a descentralização das ações e o estabelecimento de parcerias com a comunidade científica e organizações sociais continuam a pautar as ações do Governo nesta área.

O Brasil vem se dedicando ao aumento da cooperação internacional e da produção de conhecimento científico sobre o tema. Nesse sentido, merece destaque a criação da Rede de Pesquisa sobre Drogas – projeto de cooperação entre Brasil e Portugal – que busca democratizar o acesso de cientistas de todas as regiões do País à formação especializada e ao financiamento de projetos de relevância para a Política Nacional sobre Drogas.

Desde 2003 o Governo trabalha, também, para a revisão dos marcos políticos e legais sobre o tema. O primeiro passo para a construção dessa nova agenda foi o realinhamento da Política Nacional sobre Drogas, publicada em 2005, após um processo democrático que contou com a ampla participação popular. Outro importante passo foi a sanção da nova lei sobre drogas, em agosto de 2006, que teve como maior avanço a diferenciação entre traficantes e usuários.

O I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira, divulgado em agosto de 2007, confirmou que o álcool é a droga mais consumida pelos brasileiros e está diretamente relacionado aos altos índices de violência e acidentes de trânsito registrados no País. Assim, foi publicada em 2007 a Política Nacional sobre o Álcool. Essa Política prevê medidas para diminuir o impacto negativo do consumo de bebidas, como também para a definição das estratégias, como, por exemplo, a harmonização e aperfeiçoamento da legislação que envolve a venda e a publicidade de bebidas alcoólicas, a ampliação do acesso ao tratamento e à reinserção social de usuários e dependentes de álcool, as ações de prevenção ao consumo excessivo de álcool entre populações vulneráveis, como indígenas e assentados da reforma agrária, e medidas referentes à associação entre o álcool e o trânsito, e suas conseqüências.

No que se refere à relação entre drogas e violência, o Governo, por intermédio da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), está coordenando duas importantes ações de prevenção desenvolvidas com recursos do Pronasci. A primeira, é a capacitação de 60



mil conselheiros comunitários municipais, ao longo de quatro anos, para que desenvolvam ações de prevenção entre a comunidade das 11 regiões metropolitanas brasileiras mais violentas. A segunda, é a ampliação da estrutura física e da capacidade de atendimento do Serviço Nacional de Orientações e Informações sobre a Prevenção do Uso Indevido de Drogas – Viva-Voz, que passará das atuais 12 horas diárias de funcionamento para 24h, incluindo finais de semana e feriados, aumentando assim o acesso da população a esse importante serviço de atendimento telefônico gratuito. Em 2008, além de diversas pesquisas para conhecimento das especificidades sobre o uso de drogas, será ampliado o Viva-Voz, implementada a Política Nacional e realizados cursos de capacitação para profissionais que atuam nessa área.